



# ATA

**Sessão Ordinária de Abril – 12MAI2023** (3.ª reunião)  
N.º 19/2021-2025

## Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt  
www.cm-ilhavo.pt  
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária (3.ª reunião), no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, António José Flor Agostinho; Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves; e Sara Marina Tomé Fernandes; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos **'Unir Para Fazer'**, José Manuel Figueiredo Pinto Reis; Pedro Miguel Cristo Graça; Cláudia Cristina Fernandes Reigota; Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Mariana Silva Lopes; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo; Diana Catarina Anastácio Gandarinho; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes. O vereador eleito pelo PSD, Tiago Manuel Moraes Lourenço, justificou a sua ausência.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, a eleita Sandra Carla Ribeiro Saraiva Januário foi substituída por Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso; o eleito André Filipe Casqueira Guimarães foi substituído por Maria Cláudia Sousa Dias Alves da Cunha; e a eleita e 2.ª secretária da Mesa, Irene Maria Ribau Esteves Tavares. No Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Ana Raquel Gomes São Marcos Simões foi substituída pela terceira sucedânea Paula Alexandra da Graça Ferreira, justificada a ausência o segundo sucedâneo da lista Rui Manuel da Rocha Rufino. No Grupo Municipal do PS, o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pela sucedânea da lista, Elvira Maria Fernandes Correia, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Alvelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes, Miguel Ângelo Teixeira Andrade e Gabriel de Almeida Fernandes.

A 2.ª Secretária da Mesa da assembleia Municipal, Irene Maria Ribau esteves Tavares justificou a sua ausência por motivos imprevistos e inadiáveis de última hora.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária, nesta segunda reunião, forma retomados a partir do ponto 8 da Ordem do Dia, sendo que o Ponto 9 foi apreciado e deliberado na reunião anterior:

Ponto 8. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JAN2023 a 15MAR2023"**. Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 10. **"Abertura de procedimento para Atribuição do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público do Município de Ílhavo para a Instalação, Manutenção e Exploração de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 11. **"Compromisso plurianual para Locação de duas viaturas elétricas (ligeiro de passageiros) e uma viatura elétrica (ligeiro de mercadorias), em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 12. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 13. "**Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022**". Ato deliberativo: apreciação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)  
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

#### **Substituição da 2.ª Secretária e Presenças / Quórum**

##### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (10':51")

«Boa noite aos Membros desta Assembleia Municipal. Boa noite ao Executivo. Boa noite ao público aqui presente. Boa noite à comunicação social. Boa noite a todos os que nos acompanham através da transmissão streaming. Sejam bem-vindos à 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril.

Por indisponibilidade da nossa 2.ª Secretária em estar presente nesta terceira reunião, gostaria de convidar o companheiro do partido e membro do Grupo Municipal do PSD, o doutor Nuno Cardoso, a ocupar o lugar de 2.º Secretário da Mesa.

Então, vou pedir então ao 2.º Secretário que faça a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (12':26")

#### **Período da "Ordem do Dia"**

**Ponto 8.** "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JAN2023 a 15MAR2023".

##### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (15':10")

«Vamos então retomar os nossos trabalhos no ponto 8 da Ordem do Dia. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de janeiro de 2023 a 15 de março de 2023. Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

##### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (15':28")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Boa noite àqueles que também, pela primeira vez, estão nesta Assembleia Municipal. Àqueles que se encontram lá em casa e a todos os restantes elementos nesta terceira reunião da nossa Assembleia Municipal.

Sobre a Atividade Municipal, tenho pouco a dizer. Vou esperar por aquilo que sejam as indicações das bancadas para uma melhoria contínua deste processo, sabendo que já muito foi alterado, já muito foi observado nestas assembleias sobre a Atividade Municipal, cabe ao Executivo apresentar.

Hoje estamos quase a, sensivelmente, dois meses daquilo que foi a atividade que estamos aqui a apresentar, mas o nosso registo da atividade tem este ciclo e vai continuar por aqui, não deixando para trás qualquer atividade ou qualquer momento importante que o município realize para ficar registado. E como se diz para fazer a história do Município. Muito obrigado, senhor Presidente.»

##### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (16':25")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou então abrir as inscrições para este Ponto 8. E pergunto se o CHEGA se inscreve? Temos o chega. Do PS? Temos a Diana. PSD? O Flor Agostinho. Muito bem. Vamos então retomar a ordem interrompida na última reunião, começando, então, pelo CHEGA. Sérgio por favor.

Nós observámos essa situação. A Mesa assume que esta alternância deve seguir a ordem propriamente dita da Ordem de Trabalhos. Aconteceu isso e talvez devido ao adiantado da hora aconteceu ter sido o CHEGA. Mas gostaríamos de corrigir essa situação e voltar à normalidade e ao que é mais correto. Portanto, vamos começar com o CHEGA, está bem?

Se houver alguma discordância, coloco a deliberação do plenário. Não há nenhuma objeção? Ok, muito bem, vamos então começar. Sérgio, por favor.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (18':58")

«Boa noite a todos os presentes e aos que nos acompanham lá em casa. Dirijo-me ao senhor Presidente e retomo o assunto das teias de aranha que embelezam, de forma chata, o nosso Município. Portanto, eu trouxe aqui no Período de Antes da Ordem do Dia, esse assunto e entendo que temos que pensar em resolver este problema. Ainda pior são as empresas de telecomunicações que ganham milhões à nossa conta usando o nosso espaço, ainda por cima isentados do pagamento dos direitos de passagem, o que é paradoxal. É um assunto que proponho que se pense. Acho que é necessário, numa próxima deliberação, fazer estas empresas passar a pagar direitos de passagem. Penso que cabe ao Executivo, à Câmara, fiscalizar no âmbito do licenciamento zero. Eles fazem os trabalhos e depois a Câmara que venha por trás fiscalizar. Mas aqui tenho que dizer que há uma falha bastante grande. Não sei se essa fiscalização compete única e exclusivamente às Juntas de Freguesia ou se é às Juntas de Freguesia e Câmara.

Já terminamos também o período de limpezas das matas e as matas continuam todas por limpar. É mais um assunto que penso que é da responsabilidade da Câmara, fiscalização, e, eventualmente, a execução da limpeza nos sítios onde não foi limpo. Penso ser importante identificar locais que podem apresentar perigo para as populações, porque, no caso de haver um incêndio, haver danos, se calhar Câmara será chamada a responder.

O próximo tema que tenho é a questão da limpeza. O senhor Presidente, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, em tempos, pôs a rapaziada que andava a receber, penso eu, subsídio de desemprego e Rendimento de Reinserção Social, a ajudar aqui a Câmara a cuidar aqui dos jardins. Penso que seria uma boa ideia. Não sei se ainda é possível voltar executar ou não, mas trazer essa gente a colaborar com Câmara, por exemplo, na limpeza destas matas, porque caso não sejam limpas e venha incêndio, vai causar grandes problemas. Por último, e não sei se o senhor Presidente tem conhecimento ou não, mas o nosso Skatepark, ali junto às piscinas da Gafanha de Nazaré, está num estado deplorável, a pista em volta, as árvores. Nada contra, tem a ver com a manutenção, não é? As árvores, as raízes das árvores levantaram a pista em toda à volta e, portanto, aquilo já se torna perigoso para quem utiliza aquilo.»

**Diana Gandarinho, PS:** (22':16")

«Boa noite aos digníssimos presentes e a quem nos assiste online.

Eu ia fazer exatamente esse comentário. Vamos analisar a atividade municipal do primeiro trimestre a meio do trimestre seguinte. Confesso que isso me gera alguma frustração, porque, afinal de contas, de alguma forma já nada pode ser feito no agora, mas é assim que funciona. E, afinal de contas, o senhor Presidente e os seus Vereadores é que são responsáveis por ouvir esta Assembleia a digerir eventuais contributos e partir para a implementação. Portanto, espero que as intervenções desta gente possam acrescentar algum valor às vossas práticas e às vossas posturas.

Começo pelas reclamações. Observámos que as reclamações duplicaram face ao período homólogo de 2022, tendo sido apresentadas 144, que parecem ser, maioritariamente, sobre espaço público e trânsito. Tendo-se mantido os mesmos mecanismos de comunicação entre Câmara Municipal e Município, questiono se este pode ser um indicador de que a Câmara não está a dar as devidas resoluções aos problemas dos cidadãos.

Na atividade tomámos conhecimento da reconversão do piso 0 do edifício Paços do Concelho e da requalificação da Loja de Turismo de Ílhavo. Recentemente também surgiu a notícia sobre a sala de exposições da Casa da cultura de Ílhavo. E muito bem sr. presidente, espero que continuem a trabalhar nesta lógica de gestão de edificado existente.

Mas devo dizer... que afinal de contas, a casa do Gaveto não era assim um investimento tão crucial para resolver problema de falta de espaços.

Aproveito para relacionar com outro tema da atividade municipal: a Biblioteca Municipal de Ílhavo. Além dos serviços típicos de biblioteca, apresentam-nos um programa de atividades interessantes, mas concentradas no mesmo edifício. E a minha questão vem daí, porque o Pólo de Leitura da Gafanha da Nazaré mantém portas fechadas, e quero questionar qual é o ponto de situação. Se volta a funcionar ou se vai ser reconvertido.

E já que estou no tema da biblioteca, pensando fora da ótica de edificado, aproveito para questionar esta concentração de atividades. Segundo sei, as Gafanhas da Encarnação e do Carmo nunca tiveram o seu próprio polo de leitura, e a da Nazaré deixou de ter. E tanto a leitura como as restantes atividades que nos foram apresentadas, mostram-se relevantes

para muitos munícipes do concelho. Mas custa-me muito acreditar que perante esta centralidade, todos os interessados possam usufruir. Questiono se já tinham refletido sobre isto, e se eventualmente pensaram alguma solução.

Relativamente à reabilitação dos Centros de Saúde, há um parágrafo que me gerou algumas reservas na página 68. Numa frase dizem que “estão reunidas as condições relativas ao projeto necessárias para a candidatura a financiamento”. E na frase seguinte falam da não regularização das propriedades em matéria de registos, incluindo edifícios, e que isso pode colocar em causa o acesso ao financiamento. Portanto peço esclarecimentos adicionais, qual é o ponto da situação ou se já foi resolvido. Porque isto é grave, não podemos perder este comboio.

Em matérias de ambiente... tem-se falado bastante sobre o não corte de relvas. Já na “famosa” apresentação pública da estratégia ambiental, como em outros momentos, muito se falou sobre não cortar, introduzir espécies nativas e por aí fora. Mas depois, chego à página 84, sobre a gestão operacional em espaços verdes, e cortaram a relva em todo o lado no primeiro trimestre. Nesta quinta-feira anunciaram que iam retomar a manutenção de relvados na próxima semana, mas no mesmo dia estavam a fazer a manutenção no parque aqui por trás deste hipermercado. Nas últimas semanas tenho tido a felicidade de visitar a Costa Nova e observar os relvados, que pareciam cortados, ainda que secos, e não tinham quaisquer flores à vista para polinização.

Peço esclarecimento, porque ainda não consegui perceber se estamos a cortar, se não estamos, se não vamos cortar porque não estamos a regar, se não vamos cortar porque queremos poupar combustíveis fósseis como sr. presidente disse na última reunião, ou recursos hídricos como na comunicação, enfim. Estas incoerências deixam-me bastante desconfortável.

Mas sabe quando é que fico verdadeiramente desconfortável? Quando me lembro que não vi mais nenhuma ação para uma intervenção ambiental estruturada. E em especial porque dizem que o ambiente é um dos vossos principais pilares. Portanto, eu gostava de o ver.

Quanto às políticas de envelhecimento ativo e as intervenções que têm vindo a fazer em múltiplas frentes. Nota-se claramente que existe muito trabalho e muito investimento. E penso que isto é de louvar. Mas a atividade municipal não é só sobre aquilo que vemos neste documento, é também sobre o que não estamos a ver. O que não vejo apresentado são estratégias para aproximar os idosos mais isolados destas esferas de ação. Principalmente aqueles que, pelas suas fragilidades específicas possam nem sequer ter acesso à comunicação sobre as iniciativas.

Isto preocupa-me porque sendo real, serão mais ou menos os mesmos a participar nas atividades, o que oferece umas estatísticas interessantes para apresentação e publicação, mas esconde uma dura realidade, a de estamos a ignorar uma franja de população idosa provavelmente mais desfavorecida.

Vocês afirmam estar comprometidos com a diminuição da desigualdade, portanto, esta parece-me uma questão importante. Peço então esclarecimento sobre eventuais ações que tenham desenvolvido ou estejam a desenvolver para trabalhar esta lacuna e não estejam espelhadas na atividade municipal para chegar a estes idosos que estão mais isolados.

Quanto ao Cartão Família, gostaria de entender como é possível que em três meses apenas tenha sido atribuído 1 cartão. Pergunto-me se, realmente, não existem famílias nestas condições, ou se a informação não está a chegar à comunidade, ou mesmo se as vantagens justificam o processo burocrático envolvido.

Notámos uma série de ações desenvolvidas pela EMACE [*Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa*] direcionadas à saúde mental e bem-estar psicológico dos jovens, que gostaríamos de congratular. Este é um tema tão importante, e felizmente com tanto *momentum*, que foi até tema no Parlamento de Jovens, segundo sei. Neste sentido quero questionar se a Câmara e técnicos responsáveis estão ao corrente do projeto Escola Saudável Mente, e a trabalhar para que os agrupamentos possam concorrer ao Selo de Boas Práticas, apoiado pela ordem dos Psicólogos portugueses. E se estão a trabalhar para que os agrupamentos possam concorrer, candidatar-se ao seu de boas práticas. Obrigada.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (30:12”)

«Boa noite a todos. Boa noite a quem nos está ouvir lá em casa. E saudar os novos membros desta Assembleia que cá estão, em especial o Nuno Cardoso, a doutora Cláudia Cunha e o Ricardo Daniel, que são do PSD, e que certamente, hoje, vão ter aqui - o Nuno já tem vindo a estas reuniões - vão ter aqui um banho de democracia e saber o que é democracia local. É importante enquanto cidadãos desta terra participarmos nestas reuniões e sabemos como se participa, o que é que se faz, o que é que não se faz, o que é que devia ter feito e o que é que

se deverá fazer no futuro. Portanto, acho que é enriquecedor e poderão aproveitar este momento para saber, aprender e, certamente, refletir, em casa, sobre o que é o poder local. Eu vinha, nesta primeira intervenção, falar sobre três assuntos. Pois... como isto está atrasado e o ponto é o 8, as coisas acontecem.

Um dos casos era a EN109, que já passou. Era lastimoso o estado em que estava a nossa EN109, nomeadamente na zona norte. Era incomportável o que estava a acontecer com os veículos, mas felizmente foi resolvido. Está a ser colocado o tapete, está a ser reconstruído, ainda que aos metros, mas enfim, espero que fique muito melhor do que estava, porque como estava era extremamente pouco dignificante, extremamente causador de pneus de amortecedores. Era horrível, sinceramente, o estado lastimoso a que chegou a EN109. Felizmente que o Executivo atuou. Eu sei, porque passava lá todos os dias porque como trabalho em Aveiro tenho que me deslocar de Ílhavo para Aveiro. Temos Vereadores que vivem em Aveiro, mas que vêm trabalhar para Ílhavo e eu perguntava-me, mas ninguém vê isto? Ninguém consegue ver esta realidade, as tampas, como estão os buracos, carros a desviarem-se dos buracos? Felizmente, o problema está resolvido. Acho que deve ser assim, resolvermos os problemas e satisfazer a população. Desde já o meu muito obrigado à Câmara.

Um outro caso que vem, hoje, na comunicação social. Relembrar que no início do mês de março, foi referido, por este Executivo, em reunião de Câmara, que este ano, ao contrário do que era habitual - o que não é verdade - foi antecipada a limpeza dos passadiços, contando continuar esse trabalho na próxima semana, o que não aconteceu. Mais foi adiantado que tinha havido uma visita ao local com membros da APA [*Agência Portuguesa do Ambiente*] para fazer um levantamento das zonas em que é necessária uma intervenção de manutenção. Infelizmente, as medidas anunciadas não se concretizaram.

No início do mês de abril, uma zona de passadiço ficou danificada e de imediato foi interdita pela Autarquia de Ílhavo e pela Agência Portuguesa do Ambiente, devido ao risco de perda de suporte, continuando a estrutura a ser fustigada pelo mar, que acabou por comer a duna. A situação veio-se agravar, no passado dia 22 do mês passado, e o passadiço entre a Barra e a Costa Nova, que estava em risco de colapso junto ao esporão que separa as duas praias ruiu. Na altura, falava-se que a responsabilidade era da APA. Felizmente, tanto quanto sabemos hoje, através da notícia da Terra Nova, a APA portou-se bem, resolveu o assunto e penso que - ainda não tive oportunidade de visitar, mas pelas imagens dá para entender - que resolveu como devia ser. Surge um problema. O passadiço na parte da Câmara não está limpo. Para quando a sua limpeza? A pergunta que se formula é, para quando teremos o passadiço limpo? Quando já se dizia que era limpo, que já ia ser limpo, que seria limpo de maneira diferente do passado. Afinal, nem diferente, nem semelhante... não se fez. Veja-se a Rua 5. Ainda hoje lá fui ver e está cheia de areia. Portanto, este é um ponto negativo.

Outro ponto positivo, o outro ponto que eu gostava de ver aqui esclarecido, se o quiserem fazer, é o seguinte. Segundo a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, aos órgãos de comunicação social, foi informado no dia 13 de março, através de e-mail, do pedido de demissão do diretor artístico do '23 Milhas'. Como desde essa data, esta Assembleia não foi informada dos motivos do pedido da sua demissão, nem sobre quais as medidas adotadas pelo Executivo para a sua substituição, gostaríamos, se possível, e caso considere importante, partilhar com os membros deste Órgão os motivos do pedido de demissão e as medidas, a adotar pelo Executivo, para a sua substituição. Ficavam estas duas perguntas, se me quiserem responder, agradeço. Se não quiserem responder, ficarei com as perguntas no ar.»

**Sara Fernandes, PSD:** (35:15")

«Boa noite. Gostaria primeiro de cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo, todos os deputados municipais aqui presentes, o público e as pessoas que nos estão a assistir lá de casa. A relativamente à Atividade Municipal, decorrida no período de 1 de janeiro a 15 de março de 2023, eu vinha questionar o Executivo a uma vez que gostava de esclarecer aqui algumas dúvidas que eu tenho relativamente à candidatura submetida ao "Back to Roots do Erasmus Plus", que está na tabela 14 na página 40. Eu acredito que o nome Erasmus já esteve no ouvido de todos. Mas para quem também nunca ouviu, o projeto Erasmus consiste num projeto criado em 1987 com o objetivo de promover a mobilidade académica e o intercâmbio cultural entre estudantes universitários europeus. Como é óbvio, este projeto expandiu e tornou-se uma referência global, onde, hoje, oferece oportunidades, mobilidade e cooperação, tanto no âmbito do ensino superior, no ensino regular profissional e também na educação de adultos, juventude e desporto. Eu já participei neste programa duas vezes e acho que é uma mais valia para a sociedade e para a Comunidade.

Face a isto, eu gostava então de questionar o Executivo no que consiste concretamente este programa para o qual se candidataram, que idades e que entidades é que estão envolvidas. E qual é o impacto que preveem que terá este projeto no nosso Município, nomeadamente o número de jovens que estarão envolvidos, no que consiste em concreto e também o que é que tencionam ter. E, acima de tudo, questionar o Executivo do que é que mudou, entretanto, porque anteriormente foi proposto, em Conselhos Municipais de Juventude, propostas semelhantes a esta. E já em anos anteriores até foi ensinado e proposto, mas não com este atual Executivo, como é que se faziam tais candidaturas. Por este Executivo, as propostas que foram apresentadas foram recusadas, com desculpas, nomeadamente com falta de técnicos e de recursos.

A minha pergunta, neste aspeto, é o que é que mudou, entretanto? Eu espero, acima de tudo, que este projeto permita o verdadeiro contributo para a nossa Comunidade. E que, acima de tudo, também permita um enriquecimento pessoal dos participantes que venha a ter. Eu, considero que será isso que irá decorrer, principalmente a expansão dos seus horizontes, que foi aquilo que provocou em mim: a aquisição de conhecimento, de inovação, canalizar o conhecimento para o nosso desenvolvimento local e comunitário. Porque isso sim, é investimento no futuro.

E sabe, senhor Presidente, aquilo que é falado, aqui, na Assembleia, e nos Conselhos de Juventude, não são uma afronta, mas sim propostas do PSD para tentar melhorar e para melhorar efetivamente o nosso município. O PSD e a JSD, entidade que represento, estão cá para isso mesmo. Obrigada.»

**Daniela Alegria, UPF: (39:40”)**

«Boa noite a todos. Venho, aqui, só tecer duas ou três considerações acerca da Atividade Municipal destes dois meses e meio, mais ou menos, de janeiro a 15 de março, para destacar as múltiplas iniciativas e ações promovidas pela Câmara Municipal.

Desde logo aquela que será sempre uma das nossas maiores preocupações, ouvir e interagir com as pessoas. Neste período, a propósito das reclamações, entre reclamações, alertas e pedidos de ajuda, registaram-se 183 comunicações, tendo sido 166 delas já resolvidas e encerradas, com a elaboração de uma resposta ao munícipe, estando as restantes nas respetivas unidades orgânicas para análise e posterior resolução. Não é, portanto, um problema esta capacidade de responder, num curto prazo, ao munícipe que identifica e coloca um problema. Esta proximidade com os cidadãos que vivem no Concelho de Ílhavo, mais que uma prioridade, constitui uma marca daquilo que somos e da nossa forma de estar.

É importante destacar também a fidelidade com o nosso compromisso em garantir a manutenção ou reabilitação dos espaços e edifícios do Município. Isso sim, é importante.

Nestes últimos meses reabilitou-se, por exemplo, o Mercado da Costa Nova, onde se procedeu a uma melhoria das condições de segurança, à pintura no interior e no exterior, e à realização de reparações nos pisos interiores e cobertura. Continuam também em curso as obras de reparação da cobertura da Fábrica das Ideias. Prepara-se também a intervenção nos passeios da Praia da Barra, de forma a proporcionar uma melhor acessibilidade para todos, mas, principalmente, para aqueles que têm mobilidade condicionada.

Nestes últimos meses, poder-se-ia, ainda, assinalar muitas atividades de índole educativa e cultural, ou, por exemplo, o contínuo dinamismo do Laboratório do Envelhecimento.

Quero destacar, sobretudo, a capacidade evidenciada no sentido de preparar o futuro para as obras e projetos previstos nas Grandes Opções do Plano relativamente à reabilitação do Centro de Saúde de Ílhavo e à reabilitação e ampliação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, cujos estudos prévios estão já validados pela Administração Regional de Saúde do Centro, tendo-se já avançado com a abertura de procedimento para adjudicação dos processos de especialidade, prevendo-se que a empreitada possa ter início já no segundo semestre deste ano, uma vez que já estão reunidas as condições relativas ao projeto, necessárias para a candidatura ao financiamento.

No que respeita à reabilitação das três escolas - a secundária João Carlos Celestino Gomes, a básica José Ferreira Pinto Basto e básica Professor Fernando Martins - estão, também, já os respetivos estudos prévios numa fase adiantada. A este propósito e tendo em conta que o relatório que está a ser analisado só vai até 15 de março, e já estamos em maio, aproveito para perguntar ao executivo se nos pode dar o ponto da situação relativamente a estas duas situações: os centros de saúde e as escolas.

Quando alguém pergunta, agora, pelo rumo do 'Unir Para Fazer' como dantes perguntava pela sua marca, nós cá estamos, com consciência da existência de vários condicionalismos, a trabalhar no ritmo certo para que estes projetos tenham um final feliz. A melhoria das condições dos espaços e dos recursos dos serviços essenciais, como são o caso da saúde e

da educação, constituem, claramente, o rumo e a direção que tomámos em busca da melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem no nosso Concelho: resolver, remodelar, reconstruir, em suma, servir o munícipe. Este é o nosso desígnio e esta é a nossa ambição. Obrigada.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (43':35")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Eu acho que o senhor Sérgio Louro tem vindo a confundir alguma coisa do que é a Atividade Municipal e aquilo que é o Período de Antes da Ordem do Dia. Portanto, olhe, ficamos com o próximo Período de Antes da Ordem do Dia para fazer as suas intervenções no que desejar.

Julgo que o senhor está um bocadinho deslocado das coisas. A responsabilidade da maior parte dos problemas que se vê na mata nacional não é do Município de Ílhavo. É mesmo da Direção-Geral do Tesouro das Finanças, do ICNF. E o senhor, como autarca, também nos pode ajudar mandando as suas mensagens, mandando os seus e-mails a informar das suas preocupações. Nós fazemos o mesmo trabalho e juntos venceremos.

Relativamente àquilo que é o muito dinheiro gasto, ou pouco dinheiro gasto, naquilo que é a manutenção das coisas, posso-lhe dizer que relativamente ao Skatepark, pela zona em que ele se encontra – olhe... até pela irregularidade no sítio onde ele se encontra, naquilo que são os registos da propriedade - a zona que tem sido vandalizada. Assim como a piscina que tem sido roubada várias vezes. Temos tido sorte em ainda lá estar. Temos feito muita manutenção, desde as chapas, todas novas, às madeiras, e, de um dia para o outro, desaparece tudo. É isso que tem acontecido nos últimos anos. Temos mantido a situação.

Agora, concordo consigo. À volta do Skatepark tem ali um problema grave de vegetação densa e vegetação perigosa. Tem havido incêndios naquela zona, naquela margem da A25, que é onde, normalmente, os nossos bombeiros têm ido socorrer vários focos de incêndio. Vamos tentar limar um bocadinho essa situação, não resolvemos na totalidade, mas tentamos tirar um bocadinho da prioridade que existe ali pela densa arborização que lá se encontra.

Relativamente à Diana Gandarinho. Aquilo que afirmou só mostra a proximidade das pessoas a este Executivo e vice-versa. Sinto-me muito realizado pela sua observação. Muito mesmo. E muito grato a toda a comunidade pela forma que têm interpretado a nossa gestão do dia a dia.

Outra das coisas que lhe tenho a dizer, naquilo que demonstra a sua preocupação com o ensino e a cultura, e a forma como nós temos visto isto no município. A questão da Biblioteca na Gafanha da Nazaré é uma questão que deixarei aqui para a senhora Vereadora dar algumas explicações sobre isso. Mas nós gostaríamos mesmo de concluir o projeto de alteração do Centro Cultural, para que pudéssemos só ter uma entrada e não termos pessoas, porque não temos pessoas para manter os espaços abertos. Aquilo que nós nos propusemos, desde o início, foi uma regularização do quadro de pessoal, tendo, efetivamente, pessoal com condições permanentes na Câmara Municipal de Ílhavo, e não fossem temporários ou outra situação qualquer, até porque tem havido alguns bloqueios a essa situação e algumas observações sobre aquilo que são avençados e não avençados, contratos precários e não precários, e, portanto, vamos tentar essa situação à medida que vamos tentando essa regularização, vamos tentar que as situações se resolvam. Mas ali, efetivamente, nós achamos que na Gafanha da Nazaré deveremos ter essa situação resolvida a médio prazo. Não lhe garanto que num mês, dois meses, mas a médio prazo. Teremos só uma pessoa que possa socorrer a estrutura que temos lá e não termos duas ou três pessoas. Teremos efeito rotativo, turnos com a abertura ao fim de semana. Portanto, deixaremos isso para os recursos humanos tratarem.

Sobre a regularização das propriedades, efetivamente tem sido um problema. Não tenho que as detalhar aqui, nesta Assembleia. A senhora concluiu, e bem aquilo que foi escrito na Atividade Municipal, que é um problema com que nos temos debatido.

Olhe, temos uma candidatura que já chumbou duas vezes porque não estava regularizada a situação, onde temos um socioeducativo, na Gafanha do Carmo, numa situação numa creche que duas vezes foi chumbado porque não tínhamos a situação regularizada. Vamos ver se numa terceira conseguimos isso.

Os Centros de Saúde. Temos a informação que em 2017 foi entregue à ARS a propriedade do terreno. Agora tem que ser passada para nós. Portanto, vamos ter que resolver isto. Ninguém adivinha muitas destas coisas. E à medida que vamos tendo a necessidade, vamos regularizando isso. Mas posso-lhe dizer, e já o dissemos nesta Assembleia, que são umas centenas largas de terrenos que estão por regularizar, que esta Câmara tem que regularizar.

E umas dezenas, senão umas centenas de milhares de euros que têm que estar alocados para a regularização destas situações e umas dezenas largas de trabalhadores, o de horas de trabalhadores para regularizar esta situação, juntamente com aqueles que trabalham nas entidades públicas que nos ajudam a regularizar.

E não digo muito mais, porque acho que devo salvaguardar tudo aquilo que foi a gestão do passado, e, portanto, também vou fazer o meu trabalho da melhor forma.

Brincaram, numa Assembleia, com esta situação... que sempre correu assim, deixar correr. Nós não. Queremos ir resolvendo estas situações e ver se chegamos com menos 100 ou 200 problemas dos que encontrámos aqui. É o normal, é o processo de melhoria contínua em qualquer desafio em que eu me coloque, que a minha equipa me coloca e que todos nós nos colocamos.

Sobre o ambiente, falou em cassete. É engraçado. Hoje, fala em cassete, recorda-me alguns filmes engraçados que eu vi e que vou vendo. E esses filmes ainda não mudaram na nossa comunidade, nem mudaram a forma de atuar de vocês todos. Aquilo que eu pensava que eram campanhas que se podiam replicar nas redes sociais, não vejo ninguém daqui replicá-las. Nós temos tentado. Temos tentado que todos nós trabalhemos para isso, mas, se calhar, os temas de discussão são outros e mais importantes que o tema dos resíduos. Nós vamos continuar nesse tema dos resíduos. E, portanto, deixo-lhe esse desafio também para que todas as pessoas que conheça possam partilhar, possam informar e possam, no boca a boca, conseguir essa melhoria que nós queremos naquilo que é o tratamento dos resíduos, naquilo que é o tratamento dos nossos relvados, aquilo que se destrói todos os dias, os pontos de rega, aquilo que se destrói com o animal de companhia. E dizer-lhe o seguinte: todos os relvados que não foram cortados tinham uma bandeira de identificação. Todos os outros foram tratados da mesma forma. Nós, neste momento, informamos que íamos retomar a totalidade do corte e iniciar o período de regas, porque estamos a verificar que não é só o período de seca, é a manutenção também paralelamente a isso.

Há uma situação que queria também referir e que a convidava também a ver. Aqui, no Centro de Ílhavo, na Praça da República e noutros sítios, eliminamos um contador de água, eliminamos uma zona de relvado e colocamos plantas que não necessitem tanto de água. Temos vindo a fazer isso por todo o município. Estou-me a lembrar destes dois pontos, poder-lhe-ei referenciar outros pontos, se assim o entender. Eliminar o combustível que fazemos na deslocação para esse local, eliminar o combustível, apesar de já termos algumas máquinas elétricas, mas que é natural que também a eletricidade possa estar ainda a depender um bocadinho de combustíveis fósseis e, portanto, vamos tentando manter isso. Mas um dos pontos que nós já referimos, e que eu já lhe referi, é a redução do consumo de água e ela vai-se verificar.

Relativamente às políticas de envelhecimento, deixaria para a nossa Vereadora para lhe dar uma resposta e também ao cartão família.

Relativamente ao senhor Flor Agostinho, não tenho muito a dizer àquilo que disse. Tenho, sim, a dizer-lhe uma coisa. Olhe, no dia 7 de abril, e o senhor anda tão atento àquilo que é a comunicação social, disse tudo o que se ia passar a seguir e passou-se. Foi nesse sentido que nós tentámos resolver os passadiços. Neste momento estão prontos a serem utilizados, com uma obra que foi articulada com a Agência Portuguesa do Ambiente, que foi quem os instalou sempre - não é de hoje, foi sempre - em que eu acho, como Presidente da Câmara, que é mesmo a responsabilidade deles tratar e manter. Mas foi passada para as câmaras municipais. Nós vamos fazer o nosso melhor, ajudando a Agência Portuguesa do Ambiente. E quando vir um passadiço subterrado passe pela areia, porque não tem hipótese de passar pelo passadiço, e fico contente porque os passadiços estão a fazer o seu trabalho.

Relativamente à questão do 23 Milhas, também darei a palavra à nossa Vereadora sobre essa situação.

Relativamente à Sara, a nossa Vereadora vai-lhe explicar. Penso que há alguma confusão sobre o programa Erasmus Plus, aquilo que é a candidatura e para quem é que ela foi feita e direcionada. Vamos lhe explicar isso.

Agradeço muito à Daniela Alegria toda a sua preparação, verificando aquilo que é um trabalho de permanência na reabilitação e manutenção dos nossos edifícios e aquilo que são as candidaturas que estão a decorrer - e que eu espero que tenham sucesso a médio prazo - relativamente aos Centros de Saúde e a preparação que estamos a fazer para as nossas escolas. E a preparação que estamos a fazer para outras candidaturas, também, que é muito importante dentro daquilo que são os planos de gestão de risco de inundações que nós temos e que são os planos que precisam de apoio financeiro, e que têm, aqui, uma intervenção grande de todos os municípios que são abraçados ao beijados pela Ria de Aveiro e que temos que ter isso, rapidamente esclarecido. Temos de ter mais caminhos do Praião no nosso



município e, portanto, também estamos a trabalhar nesse sentido. É este o ritmo certo? É o ritmo possível porque, só para lhe referir, e referir a todos, aquilo que tem sido a impossibilidade, neste momento, de realização de candidaturas, avisos abertos - porque não estão a abrir avisos neste momento - impossibilitam não só o Município de Ílhavo, como todos os outros 308 municípios de pôr as suas candidaturas, neste momento, em avaliação. Nós estamos à espera, diria a todos, que durante este mês possamos dar um passo importantíssimo para o Município de Ílhavo relativamente àquilo que é o programa Portugal 2030 e que temos que fechar isto na Região de Aveiro. Mas paralelamente a isso, é minha ambição encontrar mais dinheiro fora do que esse que vamos encontrar no Pacto que será feito com os municípios da Região de Aveiro. É esse o trabalho e esse empenhamento que nós temos. Vou dar a palavra à senhor vereadora Mariana Ramos.»

**Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (58':48")**

«Cumprimento a Mesa, o senhor Presidente, os senhores Deputados Municipais e quem assiste via streaming, via redes sociais.

Referir, tentando não me esquecer de nada, que no que concerne à atividade da Biblioteca e ao polo de leitura da Gafanha da Nazaré, neste momento, está disponível, exatamente na Fábrica das Ideias, o serviço de leitura de jornais diários, bem como um ponto de entrega e de requisição de livros da Biblioteca Municipal. Ou seja, não está totalmente desprovida da ligação ao edifício central da Biblioteca e aos serviços prestados por esta Biblioteca. Referir também que a Biblioteca Municipal, que coordena esta Rede de Bibliotecas de Ílhavo, que envolve também todas as bibliotecas escolares, e que os técnicos da nossa Biblioteca Municipal desenvolvem um trabalho muito próximo ao nível da Rede de Bibliotecas dos nossos Agrupamentos. Isto quer dizer que existe, efetivamente, esse trabalho descentralizado, semanalmente, com esta frequência, bem como todo o trabalho realizado com os Agrupamentos, com as direções, bem como com os senhores professores bibliotecários, no âmbito da promoção da leitura e da relação com o livro. Porque é esse o propósito.

Referir ainda que efetivamente a Biblioteca, mesmo aos fins de semana, é com bastante agrado que eu verifico, é encontro, efetivamente, das famílias de todo o município, das Gafanha e de Ílhavo. É frequentada por um público muito diverso. Bem como os clubes de leitores que, este ano, como podem ter oportunidade de verificar, incide na temática dos ODS (das Nações Unidas), temática tão pertinente na atualidade.

Efetivamente, promove-se uma oferta diversificada e muito focada naqueles que são os temas atuais. Deixar então esta nota relativamente à Biblioteca e à atividade desenvolvida.

Relativamente ao ambiente, no que concerne ao não corte os relvados, e como o senhor Presidente já referiu, estavam devidamente identificados, este ano, com cuidado acrescido em locais que no ano passado tinham sofrido essa opção por inteiro. Este ano foram definidas zonas em que existiu corte, uma vez que nós escutámos, efetivamente, as críticas da população.

Relativamente à utilização dos relvados pela população e pelos animais de companhia, tivemos o cuidado de deixar faixas onde a vegetação não cresceu, foi cortada, e permitiu, no fundo, cumprir com o desígnio do estímulo da polinização e da alimentação dos polinizadores, bem como, também, a manutenção dos espaços relvados para o uso, quer humano, quer animal.

Referir ainda que, naturalmente, a gestão dos recursos hídricos deve estar também associada a esta prática de não corte, até porque os períodos de chuva também determinam quando é que nós podemos iniciar este período de não corte. Há também a questão da entrada no período estival que também define, exatamente, quando é que nós teremos que iniciar o corte para poder regar, caso contrário, entramos num período em que a planta, pura e simplesmente, morre. Ou seja, existe exatamente a morte da planta, que tem ciclo anual, como deverão saber.

Por esse motivo, nós temos que gerir esta questão da gestão dos recursos hídricos que está diretamente, intimamente, ligada com a gestão do não corte e do corte dos relvados

Associada à questão do não corte está também todo o trabalho de fertilização e de melhorias que possam a vir a ser feitas, não de cariz de frequência anual, mas sempre que se verificar necessário. Para todas estas operações é necessário planeamento e criação de condições para que elas aconteçam.

Relativamente ao envelhecimento ativo e a questão de aproximar os idosos que não estão tão intimamente ligados a estas atividades.

Eu gostaria de dar nota, relativamente à página 95 deste documento, do relatório da Atividade Municipal, que refere aqui uma atividade na qual, honestamente, e isto dito em tom de partilha

e desabafo, eu gostaria de ter sentido um maior envolvimento por parte da comunidade, nesta ação. Porque o pressuposto desta ação era efetivamente criarmos estas condições para que em todo o nosso território os idosos se sintam devidamente integrados, apoiados, independentemente de estarem numa ERP e numa estrutura residencial ou fechados no seu ambiente, ou seja, na sua casa. Esta ação é que promove este envelhecimento ativo no seu meio, *ageing in place*, que é uma área na qual o Laboratório está muito vocacionado. Aqui tenho que dizer que sim. O executivo atual tem uma relevância considerável do ponto de vista de estratégia e tenho que a exaltar, porque no fundo é com este princípio que nós estamos a trabalhar e a chegar às pessoas, e termos, exatamente, uma rede que funcione, na prática, no território. É esse o pressuposto, ou seja, nós estamos exatamente a cumprir com esse desígnio.

Do ponto de vista do apoio, existe uma estrutura municipal que já o faz, do ponto de vista das mais diversas localidades. Tivemos, há bem pouco tempo, uma Assembleia de pessoas mais velhas, onde tivemos oportunidade de ouvir tudo aquilo que quiseram partilhar relativamente às melhorias que pretendiam ver espelhadas no território. Por isso, essa proximidade e esse contato com todas as Freguesias, todas as localidades acontece e vamos melhorando dia a dia isso.

Relativamente ao projeto da escola saudável. Sim, nós temos conhecimento, quer através da equipa da EMACE, quer também através do Gabinete de Apoio à Família, ou seja, da equipa de psicologia na área da saúde mental estão envolvidos neste princípio daquilo que está aqui em causa e do trabalho para se desenvolver, exatamente ao nível dos agrupamentos, e daquela que é a prevenção e do trabalho que EMACE já desenvolve ao nível da promoção também do sucesso educativo no âmbito da saúde mental.

Relativamente à questão do diretor artístico do 23 Milhas a demissão prende-se com uma proposta que surgiu por parte de outra estrutura cultural, de outro equipamento cultural. Este diretor tinha, efetivamente, garantido o seu lugar lá no âmbito do concurso que decorreu, a solicitou a sua saída.

Isto é exatamente o mercado a funcionar, como diz o colega e bem. Deixou-nos programação relativamente ao ano de 2023. Naturalmente que estamos a analisar tudo aquilo que foi desenhado, tudo aquilo que é o programa, porque estamos a falar de uma equipa que faz com que o 23 Milhas aconteça, que a programação aconteça efetivamente e que as salas estejam abertas.

Eu sou, e já era, assídua do projeto deixo-vos aqui a nota de que o projeto cultural é de todos e que efetivamente deve ser participado por todos. Gostaria também de o ver, tendo em conta que nós, neste momento temos diversos projetos comunitários a decorrer. Por isso, deixar-vos também este convite à participação.

Relativamente ao projeto “Erasmus +”, como a Sara bem referiu, é, efetivamente, um projeto que tem um leque bastante alargado do ponto de vista de abrangência. Neste âmbito, esta candidatura é, efetivamente, vocacionada para a população mais idosa e para a educação ambiental. Está essencialmente vocacionado para projetos intergeracionais, assentes no Fórum da Maioridade e no projeto que se prevê desenvolver no âmbito daquele que será o foco de trabalho no Fórum da Maioridade. Senhor Presidente, penso que é tudo.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (1:05:28”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou então abrir as inscrições para a segunda ronda de intervenções. O CHEGA, muito bem. Do Partido Socialista, temos a Diana Gandarinho. Do PSD temos o Flor Agostinho e a Sara. Do ‘Unir’ temos o Pedro Cristo. Muito bem, Diana, faz favor.»

**Diana Gandarinho, PS:** (1:06:05”)

«Agradeço, desde já, as respostas. Há só algumas notas rápidas em relação ao que me foi dito.

Isto também não dá muito tempo para preparar muita coisa.

Então, sobre as reclamações. Elaboração de resposta não significa que os problemas foram necessariamente resolvidos. Também é impossível saber isso através das informações que nos apresentam. Uma elaboração de resposta, significa que resolveram efetivamente os problemas no terreno ou é escrever um e-mail a responder que tomámos conhecimento? Por outro lado, também mostra que a Câmara pode estar a operar de uma forma reativa e não preventiva. E até posso dar um exemplo que fica perto da minha casa. Na Rua do Complexo Desportivo, ainda há pouco tempo, fizeram uma intervenção no cruzamento com o parque

campismo, e fizeram novas marcações de via. Uns metros antes as marcações ficaram bem feitas, visíveis, bonitas, é verdade. Mas existe uma depressão na via que não foi resolvida. Apesar de terem andado a trabalhar mesmo juntinho ao local. Portanto, eu posso dizer que isto seria um exemplo digno daquilo que é algo digno de reclamação. É um exemplo digno de reclamação. É um problema que podia ter sido resolvido, mas não foi. Pronto, isto é só um exemplo.

Mas o que eu quero dizer, exatamente, então vão trabalhar de forma preventiva? Será que é possível ou será que são assim tantos problemas que dobram as reclamações? Bem, não sei. As pessoas agora tornaram-se mais abertas... é isso? Ok.

Em relação ao polo da biblioteca da Gafanha da Nazaré, desconhecia a informação de que estava disponível o serviço na Fábrica das Ideias, inclusivamente na porta do polo não tem essa informação. Algumas pessoas, que partilharam comigo, dirigiram-se ao polo e não ter nada, nem nenhuma informação que estava fechada, nem que não estava. Ainda tinha, se não estou em erro, os avisos do COVID, e que estaria encerrado desde dessa altura. Portanto, estamos a falar de 2020. Penso que será algo interessante de verificar. Mas é importante considerar também a Gafanha da Encarnação e do Carmo porque podem ser pensadas soluções para que possam envolver as Juntas de Freguesia. Penso que terão o maior gosto em colaborar para aproximar a cultura das freguesias, não só numa lógica de escolas, mas também numa lógica de andragogia e de educarmos também os adultos e de aproximarmos os adultos da cultura, que é importante. E também pelas atividades. A Biblioteca está recheada também de um programa de atividades que são interessantes. Entendo que apareçam famílias e que possam visitar famílias e participar em todas as freguesias, mas não será assim tão fácil para todas as famílias. Mas tudo bem.

Quanto aos relvados, agora percebo que não foram todos os relvados. Foram só áreas específicas destinadas para o efeito. Eu gostava de perceber quais foram os critérios de seleção destas zonas, se elas foram alocadas com propósito específico.

Relativamente, e só para concluir, não preciso me alongar muito mais, relativamente à Maioridade. Eu não consegui perceber pela sua resposta, apesar de ter sido muito completa, muito explicativa, não consegui perceber se realmente conseguem chegar aos idosos mais isolados ou não. Apesar de estarem a trabalhar em rede e nas várias freguesias, não consegui perceber se estão a ser efetivos nessa missão. Falou de uma atividade que desenvolveram para fazer essa tentativa de aproximação, certo? Mas a culpa de falta de participantes não é dos participantes que não participam. Alguma coisa aconteceu pelo meio para que essa informação não tenha chegado e para que não tenha existido essa participação. Peço uma reflexão sobre isso, por favor. Muito obrigada.»

**Flor Agostinho, PSD:** (1:10:36")

«Concordo, senhor Presidente... coerência. Só vim aqui para referir o seguinte. Aquilo que eu disse sobre os passadiços, e vou passar a ler, foi transcrito de uma informação que foi publicada num meio de comunicação social: "este ano, ao contrário do que era habitual, foi antecipada a limpeza dos passadiços, contando continuar esse trabalho na próxima semana". Isto foi dito numa reunião do Executivo pelo Executivo. Ou seja, a limpeza dos passadiços, nessa reunião do Executivo, foi assumida como sendo da responsabilidade da Câmara. Todos sabemos que o passadiço que vai desde a instalação ou o estabelecimento do senhor Oliveiros até ao Farol, ou seja, para norte, foi construído pela Câmara. A sua limpeza é da responsabilidade da Câmara. Esta informação que eu recolho da APA, do senhor Oliveiros para a Costa Nova, já não será da Câmara. Portanto, ficamos a saber que os passadiços não vão ser limpos. A missão dos passadiços não é para as pessoas, para os turistas, para as pessoas que nos visitam circularem livremente com alguma facilidade, mas sim para passarem por cima da areia, ou seja, os passadiços existem para sustentar ou para sustentar a areia. Não é para nós nos divertirmos e fruirmos da praia da Barra e da Costa Nova. Foi a informação que acabamos de recolher. Porque houve aqui uma contradição, a Câmara disse uma coisa em sessão de Câmara e hoje o senhor Presidente disse outra coisa, aqui na nossa presença.

Gostaria também de agradecer à senhora Vereadora o facto de me ter respondido quanto à questão do senhor diretor do 23 Milhas. Agradeço-lhe imenso. Já quanto à planificação e ao trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do 23 Milhas, temos algumas dúvidas do que está a ser feito e do que está projetado, mas acho que vamos ter que deixar passar esta época, e certamente o mês de agosto, para vermos e fazermos uma melhor avaliação do trabalho desenvolvido, já que o seu diretor se demitiu num curto espaço de tempo. Certamente não teve direito a indenização, como é óbvio, mas deveria ter indemnizado, pelo

menos, a Câmara por ter estado tão pouco tempo no exercício do cargo. Esta é a minha opinião.»

**Sara Fernandes, PSD:** (1:13:26")

«Senhora Vereadora, muito obrigada pelos esclarecimentos, mas eu tenho muita pena que isto não seja uma resposta para o público mais jovem. Eu entendo que é para tentar apresentar soluções para as pessoas mais velhas e para o nosso público mais velho. Mas questiono mesmo para quando respostas para o público mais jovem. Porque é que não podemos começar a inovar nesse sentido? Uma vez que a base do programa "Erasmus +", ou a razão para o qual ele foi fundado, foi para beneficiar principalmente a comunidade académica. Essa foi a essência do programa, mas pronto. A minha pergunta é claramente para quando "Erasmus +" para jovens? Para quando atividades formativas extracurriculares para jovens com mais de 15 anos? Para quando, sei lá, "Youth Talks" com personalidades relevantes do nosso município e que possam vir a expor as suas experiências? E incentivar os nossos jovens a desenvolverem-se nesse sentido, tentar recriar as suas carreiras profissionais e a sentirem-se realizados. Que tal parcerias com as nossas empresas locais, nomeadamente incentivar as empresas a criar estágios, aí fixar os nossos jovens? Ou as nossas pessoas recém-formadas a fixarem-se no nosso município e a fazerem aqui vida? Ideias tão simples, não sei, e provavelmente muito fáceis de executar. Porque é o futuro da sociedade e o futuro da nossa comunidade. Se nos últimos Censos, Ílhavo foi dos poucos municípios, no distrito de Aveiro, que cresceu a nível população, talvez fosse relevante continuar a incentivar a fixação do público mais jovem, para garantir o futuro da nossa população e da nossa comunidade.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (1:15:56")

«Boa noite a todos. Boa noite a todos que estão em casa a assistir. Gostaria de dar aqui três pontos, em jeito de alguma conclusão de tudo aquilo que fui ouvindo até agora.

O primeiro ponto, uma declaração de interesses. Eu sou amigo do Sérgio, crescemos juntos, como jovens, a umas centenas de metros da nossa casa dos pais, dos meus pais como os dele. É só para dizer que se fosse alguém do UPF a fazer uma intervenção que não tivesse nada a ver como o Ponto, com certeza absoluta, conforme toda a bancada o fez quando fizemos a intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, da última vez que falámos daquilo que a Câmara fez a partir do dia 15 de março e que todos se levantaram, se calhar também o tinham feito. No entanto, foi possível aqui falar sobre outros assuntos, sem ser sobre este mesmo assunto. Falar aqui sobre a questão das reclamações - se calhar utilizando aqui uma expressão, não é minha, mas do nosso colega membro da Assembleia, Luís Leitão - notamos a nossa comunidade mais soltinha. A nossa comunidade já vem aqui intervir mais vezes, vai às reuniões do Executivo mandar vir. Isso é negativo?

Aquilo que eu vos queria dizer é que tive pessoas a dizerem-me, ao fim de quase um ano e meio, que aquelas pessoas todas, claro que não é à terceira e à quarta sessão, se calhar que vamos ter, não é?, mas à primeira sessão virem-nos assistir aqui, intervir, falar e ouviremos. É isso não existia assim.

Para terminar, eu gostaria de dizer que realmente, e aproveitando aqui a intervenção do professor Agostinho, o facto de estarmos a falar na nossa Assembleia, convocada a 29 de março, estarmos a falar de Atividade até 15 de março permite chegar aqui e dizer, afinal, aquilo que eu vinha para falar aqui, se fosse a 15 de março, era que os passadiços estavam destruídos, já não estão. A estrada nacional tinha buracos, já não tem. Era só para dizer que, se calhar, às vezes as coisas não correm com a velocidade que a gente conta, mas o trabalho está a ser feito. É só.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (1:18:40")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Muito bem, só dar aqui duas ou três referências também, que me parece que é importante, relativamente a algumas situações, e depois o senhor vereador João Semedo também dará uma resposta final a alguns assuntos, para alguns esclarecimentos, uma vez que se trata de áreas de trabalho do próprio.

Relativamente a esta questão da Rua do Complexo, Diana Gandarinho, uma obra não tem a ver com a outra. Resolvemos ali o problema daquele caminho da Rua Capitão Cancelinha, porque já há muito tempo que, tanto o senhor Presidente da Junta, como nós, éramos bombardeados com esse problema. Tentámos resolvê-lo em conjunto. Até foi numa reunião de Câmara, reunião aberta ao público, na Gafanha da Nazaré, que apareceu uma série de

peças e de moradores e que nos fizeram ver esse problema. Penso que está resolvido temporariamente, porque estas questões são assim mesmo. Esse abatimento não estava nesta empreitada e, portanto, também não conseguimos resolvê-lo. Fizemos, sim, as marcações lá volta, mas penso que ficou tudo bem melhor do que estava e espero que não se repitam os acidentes que se verificavam naquela zona, com muitas pessoas envolvidas e, se calhar, até, algumas com defeitos para a vida, depois de terem esses acidentes.

Relativamente às bibliotecas, dizer-lhe uma nota, que tem um bocadinho a ver com a minha atribuição de pelouros na área da educação. Nós temos, neste momento, também, a previsão de ter uma biblioteca escolar na Chave. Portanto, mais uma que não tendo lá o polo, os alunos podem pegar nos seus livros, levá-los para casa, depois trazê-los e a nossa biblioteca central alimentar essas bibliotecas. Portanto, vamos criar mais um. Eu, agora, não sei dizer se estamos já na 16.<sup>a</sup>, se na 17.<sup>a</sup> biblioteca, porque inaugurámos mais uma na Coutada também, na semana passada. Esperamos que este polo, na Chave em setembro, possa estar em pleno. Outros poderão existir, mas está a ver, num conjunto de 38 ou 39 escolas, onde temos as EB 23, as secundárias que já têm as suas bibliotecas próprias, estamos a caminhar também para as EB terem essa resposta.

Relativamente aos cortes dos relvados, vamos registar aquilo que disse. Fico contente com essa sua conclusão da atividade e daquilo que é o chegar aos idosos mais isolados e refletir sobre a nossa atividade e sobre o nosso processo, sabendo que não somos só nós que temos responsabilidades nessa área. Como sabe, a GNR tem uma intervenção permanente também nessa área, com visita contínua. O problema disto tudo é que muitas dessas pessoas, também ainda por alguma falta de resposta da nossa parte, em termos de ir buscar, porque não podemos fazer isso, mas temos os nossos Centros de Dia que já fazem isso. Cada vez mais essa resposta tem que existir e procura-se que exista mais no nosso município, mas eu penso que já chegamos a um grupo elevado de pessoas e que vamos conseguir chegar a mais pessoas. E queria-lhe dizer que nós também levamos ginástica às nossas freguesias e temos grupos bastante ativos. Continuamos com esse projeto, continuamos a fazê-lo crescer, além daquilo que são, propriamente, os dois edifícios do Fórum da Maioridade e do Laboratório do Envelhecimento.

Portanto, vamos continuar com estas políticas de atividade e com a comunicação, e não é uma comunicação, com outro diz “facebookiana”, mas uma comunicação que tem que ser feita “face to face”, portanto, cara a cara e com proximidade às pessoas. É este o registo que nós queremos.

Relativamente ao senhor Flor Agostinho, nada a dizer.

Relativamente à Sara, eu agradeço essa vontade já demonstrada no nosso Conselho Municipal de Juventude, onde falámos sobre o programa de Erasmus para os jovens, o estágio e as nossas bibliotecas. Estávamos só aqui a tentar confirmar o número de pessoas que já visitaram as nossas bibliotecas até às 8 da noite, perante aquele projeto piloto que nos pediram para os alunos universitários poderem estudar e fazerem uso das nossas bibliotecas até mais tarde. Neste momento, também os nossos museus já estão a abrir às 10 da manhã, a ver se conseguimos outra resposta ao domingo, quando só abriam da parte da tarde. Portanto, vamos tentando algumas respostas novas e testando também isso. Mas precisamos mesmo é de incentivar os jovens a participar. É uma carência grande no nosso município, nas associações é uma carência muito grande, e não os forçar a aparecer em determinados momentos, mas que, naturalmente, eles apareçam. E esse trabalho cabe-nos a todos. Não acredito que seja esta ou outra Câmara que vá fazer esse trabalho. Com naturalidade fazemo-lo, mas não tem sido fácil. Como sabe, a proximidade de muitos eventos que nós temos na nossa região, esta região tem diversidade de ofertas, portanto, focamo-nos em muitos outros pontos, menos naqueles que nós, que criamos e que ambicionamos sempre, quando olhamos e dizemos assim: “era ali!”. É difícil e temos visto as nossas associações a penar por falta de jovens. Lamentavelmente, nós temos só um grupo de jovens, “A Tulha”, que ainda tem uma atividade grande. Perdemos, na Gafanha da Nazaré, uma associação que tinha uma componente juvenil, que era o etnográfico. Perdemos isso. Também perderam o apoio do IPDJ, mas continuam esses apoios libertos para outras associações que se queiram balancear para este tipo de resposta.

Quanto ao senhor Pedro Cristo. Sim, é esta situação que temos vindo a verificar nas nossas reuniões abertas à participação do público e deslocalizadas, que agora vão ficar interrompidas até setembro/outubro. Temos realmente presenciado mais pessoas, mais participação.

Dar uma nota sobre as reclamações. As reclamações, muitas delas, Diana Gandarinho, não fazem parte, muitas das vezes, de resposta da Câmara Municipal. É preciso alertar o município que não enviou para o local certo a sua reclamação. Muitas delas têm essa situação, outras vêm mal elaboradas. Dir-lhe-ia, por exemplo, temos alguns problemas com a pavimentação

das nossas estradas, mas isto é normal. Este período de seca até favorece um bocadinho os resultados de manutenção e melhoramento das nossas vias, através do serviço que as Juntas fazem, que a Câmara faz e os nossos prestadores de serviços. Mas nem sempre estamos a tempo e horas e muitos deles são em tampas de saneamento, jantes partidas, galgamentos... 'n' problemas que, muitas das vezes, não dependem de nós essa resposta, mas que nós temos que intervir e, portanto, paralelamente, vamos indicando ao munícipe. Outras situações têm a ver com o atendimento. As pessoas gostavam muito de chegar às 11:30, à Câmara Municipal, e serem atendidas. Nós, muitas das vezes, temos uma lista de espera até mais tarde, portanto, também temos o almoço das pessoas e, portanto, gerimos isso. Mas vai-se tentando controlar dessa forma, respondendo às pessoas, acompanhando o processo. As pessoas muitas das vezes também não carecem de contrarresposta ou, portanto, ou não fazem contrarresposta, portanto, acho que aceitaram perfeitamente aquilo que foi a nossa informação.

Temos muitas situações, através de uma situação que ocorreu no passado, que foi a contratação de uma empresa prestadora de serviços na área da iluminação pública, em que muita gente vai ao site da EDP a pensar que está a dizer que 'o foco de luz de iluminação pública está apagado' e, portanto, que devia ser a EDP. Não tem nada a ver com a EDP. Depois reportam para a Câmara e nós reportamos para a nossa ESE, que é a equipa que gere e que também tem o seu próprio site. Já fizemos uma partilha dessa informação, mas nem toda a gente está atenta e não sei como é que vamos fazer, porque maior parte destas pessoas já não recebem uma fatura em papel, recebem a fatura, como sabe, pela forma digital. Antes ainda se metia lá ou pedia-se à empresa "ponha esta informação". Hoje, é mais difícil, mas estamos a tentar colmatar. Mas eu acho que a EDP não vai aceitar meter uma comunicação de outro parceiro lá dentro e, portanto, não é fácil termos resultados positivos. E temos quase 9 mil luminárias, no nosso município, que não são geridas pela EDP, mas sim por uma empresa que faz essa gestão, durante 2 anos.

Relativamente à EN 109, nós gostaríamos mesmo que a Rua das Ribas, a Rua de Camões e a Rua Vasco da Gama já tivesse o problema resolvido há mais tempo. Atrasos na empreitada levaram a que isto fosse arrastado para 2023, mas estava previsto em setembro, outubro de 2022, como podem ver no processo de contratação pública. Não temos dúvidas algumas para quem analisar esses processos vê bem e, portanto, não podemos estar em cima das coisas a tratar das mesmas coisas. Dava a palavra ao senhor Vereador para fechar este ponto.

**Vereador do Executivo, João Semedo:** (1:27:51")

«Obrigado, senhor Presidente. Antes de mais, boa noite a todos. Um cumprimento especial a quem nos segue lá em casa, mas também para o público que hoje temos aqui. À comunicação social também.

Sendo breve, porque o tempo já não é muito. Fazendo aqui um pequeno resumo daquilo que são as obras que me dizem mais respeito e que foi também aqui questionado, tenho a informar que, realmente, os centros de saúde estão num processo já avançado, sendo que a parte de arquitetura está com uma maturidade superior porque foi necessário para a aprovação dos estudos prévios e neste momento estamos em fase final de contratação dos projetos de especialidades e está para fecho de contrato. Portanto, decorre o procedimento para aquisição desses serviços e contamos em 60 dias conseguir concluir o projeto. O prazo é ambicioso, porque os projetos são complexos. Tratando-se de uma reabilitação é sempre, de facto, mais complicado elaborar tais e projetos. Pegando naquilo que a senhora deputada Diana Gandarinho referiu, acerca da candidatura e se estão ou não reunidas as condições. Não vamos confundir aquilo que lá está escrito. O que está referido é que estão reunidas as condições em termos de projeto. Depois, de seguida, fala-se mesmo da legitimidade ou não da propriedade e isso também são condições necessárias. Estamos a trabalhar afincadamente, mas recorro que, desde o início do nosso mandato, foi algo que eu sempre referi, não só nestas assembleias, mas que o registei nas atividades a que têm acesso, e que estamos a comentar neste ponto, que, de facto, é um problema muito grave. Ainda na última sessão, falámos acerca deste tema, quando abordámos a Estratégia Local de Habitação. Este problema traz-nos consequências graves, para todas as áreas. Podemos ter, neste caso, na saúde, podemos ter, também, na cultura, mas estamos empenhadíssimos em tratar deste assunto.

No que se refere às escolas. Já foi adjudicado o projeto para a Escola Secundária João Carlos Celestino Gomes. O estudo prévio está já numa fase final de discussão, para, entretanto, conseguirmos a sua validação perante a DGEST e se avançar, então, com os projetos de especialidades. Importa referir que não existia projeto nenhum, como eu já ouvi referirem, e já tive oportunidade de esclarecer, há cerca de um ano, quando referiam que já existia projeto.

Eu volto a referir, para aqueles que já não se recordam daquilo que eu pude esclarecer, que aquilo que existia era de facto um levantamento de patologias. Portanto, que fique bem esclarecido que não existia qualquer projeto. No que se refere às outras escolas, a contratação dos serviços para a elaboração dos projetos foi posterior à da Escola Secundária de Ílhavo. Contudo, já foi adjudicado, já foram feitos levantamentos topográficos e já estamos na fase de discussão do estudo prévio, tanto de uma escola, como da outra: a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e a Escola Básica Professor Fernando Martins. Contamos, também, no prazo de um mês, podermos colocar à consideração e aprovação da DGEST estas duas escolas, e estarmos preparados para conseguirmos, então, as candidaturas ou ter sucesso nas candidaturas a financiamento.

Importa ainda referir, também, que, em termos de projetos, estamos a finalizar o projeto da via lateral à Escola Secundária da Gafanha da Nazaré. Um projeto a que nos propusemos e que entendemos essencial no que respeita à segurança dos alunos e de quem habita nas imediações daquela escola. Estamos também a desenvolver o projeto do Fórum da Maioridade, na Gafanha da Nazaré, e está a decorrer o concurso para a construção do Centro Cívico da Gafanha do Carmo que tão falado foi, na primeira sessão, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia.

Se me permite, senhor Presidente, usava, se calhar, mais 3 ou 4 minutos, se me der essa autorização. Se não fico por aqui.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (1:32:44")

«Mas abrevie, por favor. Faça em dois minutos e meio, está bem?»

**Vereador do Executivo, João Semedo:** (1:32:50")

«Obrigado. Relativamente, então, ao Centro Cívico, como estava a dizer, foi aqui referido na primeira sessão, pronto. De facto, está agora a concurso público e contamos que possamos iniciar esta empreitada ainda neste Verão. Já muito foi falado sobre este projeto. De facto, foi um projeto que foi retrabalhado por este Executivo e foi devidamente discutido com o senhor Presidente da Junta. Nem todos os pontos foram consensuais, mas como entendem também não os vou discutir aqui, acho que não é o momento. Aquilo que posso assegurar é que, de facto, o que o senhor Presidente da Junta defendeu aqui foi aquilo que defendeu comigo e foi muito transparente, tendo dito que iria a lutar com todas as suas forças para que aquela que era a sua própria visão, fosse defendida. Contudo, tenho que referir que aquilo que foi aqui exposto ainda não o consegui averiguar, por isso é que também não consegui explicar antecipadamente, na primeira sessão ou na segunda. Houve alguns documentos que foram aqui mostrados que eu não os conheço e, internamente, ainda não foram vistos. O senhor Presidente da Junta, referiu-se autarcas anteriores e que tinham esclarecido. Nós não tivemos esse esclarecimento e não os encontramos, portanto, não vou tecer mais comentários. Referir também que estamos a poucos dias de iniciar uma empreitada na Barra, que é a terceira fase dos passeios, que foi alvo de uma candidatura no âmbito do PRR, nas acessibilidades 360, e que teremos que concluir até ao final do ano. É tudo senhor Presidente. Muito obrigado.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (1:34:38")

«Muito obrigado, senhor Vereador. Conseguiu terminar em um minuto e meio.

Concluídas todas as intervenções, considero que o ponto 8 da Ordem do Dia, a "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de janeiro de 2023 a 15 de março de 2023" foi assim **apreciada**.»

**Ponto 10.** "Abertura de procedimento para Atribuição do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público do Município de Ílhavo para a Instalação, Manutenção e Exploração de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos".

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (1:34:58")

«Vamos passar então ao ponto 10: "Abertura de procedimento para atribuição do direito de utilização privativa do domínio Público do Município de Ílhavo para a instalação, manutenção

e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos”. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faz favor».

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (1:35:17”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou dar a palavra ao senhor vereador João Semedo.»

**Vereador do Executivo, João Semedo:** (1:35:22”)

«Relativamente a este procedimento que trazemos, hoje, a deliberação, trata-se da construção de uma rede de pontos de carregamento para veículos elétricos. É um trabalho longo que tem vindo a ser desenvolvido desde abril de 2022, e que envolveu todas as divisões deste município, de forma a podermos dar a melhor resposta a todo o Município e não desequilibrarmos o nosso território. Damos as respostas onde há, de facto, maiores necessidades, onde a procura é maior, mas não esquecer aqueles pontos onde a procura é menor e salvaguardar essas questões para o futuro

Numa ótica de se poder fazer um investimento sem que a Câmara tivesse que aplicar capitais próprios, entendemos que caberia este investimento aos exploradores destas licenças e de utilização privativa. Vemos que esta proposta possa ser uma grande oportunidade para que o nosso município obtenha outro tipo de respostas, nomeadamente ao nível das cidades inteligentes, normalmente designadas por *Smart Cities*. Aquilo que gostaríamos e que prevemos, porque foi assim que desenhamos esta proposta, é que sirva para poder dar resposta à monitorização, não só em termos ambientais, mas, eventualmente, também em termos de trânsito. E podermos ter, também aqui, outros serviços complementares que serão alvo de bonificação na avaliação, nomeadamente a possibilidade de termos pontos de carregamento para bicicletas.

Trata-se de 18 pontos de carregamento. Na avaliação ou na proposta, os concorrentes que se vierem a apresentar, os critérios de avaliação incluem, não só o valor que apresentarem para a licença, portanto, para cada ponto, mas também uma percentagem daquele que for o volume de faturação e, também, como referi as questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental nos serviços que nos prestarem.

Deixo-me aqui para uma primeira introdução e aguardo, então, para poder prestar todas as esclarecimentos. Muito obrigado, senhor Presidente.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (1:38:11”)

«Muito obrigado. Abra então as inscrições para a primeira ronda. Portanto, do ‘Unir’ temos a Paula Alexandra. Do Partido Socialista, o Luís Leitão. Do PSD o Flor Agostinho e do CHEGA o Sérgio Louro. Muito bem. Paula Alexandra por favor.

Não porque nós passamos do ponto 8 para o ponto 10. O nono já foi concluído na última reunião.»

**Paula Alexandra Ferreira, UPF:** (1:39:33”)

«Boa noite a todos os presentes. Boa noite a todos que nos vêm lá em casa, todos aqueles que nos ouvem. E fica também o convite para que se juntem a nós nas próximas sessões. Participem de todas as formas possíveis, porque participar é estar presente e contribuir.

Este ponto, para mim, acho que é extremamente fácil. Vou utilizar as palavras de Maurício Cantelli, onde diz que “sem mudança não há evolução possível”.

Temos visto que ao longo dos últimos anos, o setor automóvel em Portugal tem registado um grande crescimento na adoção da mobilidade elétrica e híbrida. Segundo os dados da Associação Automóvel de Portugal, houve um crescimento de compra neste setor. Nós não podemos deixar de dar todas as condições para quem precisa de carregar o seu veículo elétrico.

Por isso mesmo, defendemos a aprovação deste ponto, onde se espera a colocação de 18 postos de abastecimento em todas as Freguesias do nosso Concelho: Gafanha do Carmo, Gafanha da Encarnação, Gafanha da Nazaré e São Salvador. Assim, promovemos a coesão territorial. Permite-nos reduzir a pegada ambiental, tanto para nós, como para os vindouros. Permite-nos dar mais condições a quem nos visita, assim como quem cá habita. Permite-nos que mais turistas nos visitem, ajudando assim a dinamizar a economia local.

Terminando da forma como comecei... “Sem mudança, não há evolução possível”. Obrigada.»



**António Flor Agostinho, PSD:** (1:41:32")

«Eu devo começar por dizer que estamos de acordo com esta proposta. No entanto, surgem-nos aqui algumas dúvidas que eu gostava que o senhor Vereador, o senhor engenheiro João Diogo nos explicasse. Enfim, alguns pormenores, porque não é fácil implementar uma coisa destas. isto é uma tarefa hercúlea. Não vai ser fácil. Estou consciente disto.

Primeiro, eu gostava de saber, se o senhor Vereador me puder esclarecer, se houve algum levantamento quanto aos veículos elétricos que circulam no nosso Concelho. Porque no meu pensamento, quem tiver um veículo elétrico, como no meu caso, vai utilizar preferencialmente a sua residência. Como é óbvio. Ou seja, de noite, carrega em casa, de dia, circula.

Ou seja, estes 8 postos, em princípio, serão para os visitantes, para turistas ou para pessoas de fora que nos visitam.

Eu posso dar aqui um exemplo muito fidedigno, da minha entidade patronal que tem um veículo elétrico e o veículo é carregado durante a noite. Durante o dia, o motorista sai e nunca utilizou, que eu saiba, há mais de 5 meses, um posto de energia exterior à universidade. Portanto, gostava de saber se houve algum tipo de levantamento para termos aqui um número de 18 postos.

Depois, gostava que o senhor Vereador me esclarecesse, se possível, se este modelo que aqui está proposto, este modelo em concreto, está a ser implementado nalgum concelho e qual é esse Concelho? E porque é que eu faço esta pergunta. Porque eu também já vi propostas destas, também já vi e analisei processos destes, que não vão lá porque o que está aqui em causa é que estamos a atribuir toda a responsabilidade, todo custo à entidade adjudicatária, ou seja, quem vier a assumir este serviço vai ter que assumir com tudo. A autarquia, pura e simplesmente, entrega a chave, faz os registos, facilita a documentação e pouco mais. Eu ainda não vi nenhum processo em que isto fosse possível. Ou seja, o senhor Vereador, disse, e muito bem, que existe um pagamento anual proposto, no mínimo de 1.100 euros, o que dará uma receita de cerca de 20 e tal mil euros, por ano. Vai haver pagamento da aquisição dos equipamentos? Ou seja, a estrutura ou equipamento, o contador ou o gerador, ou o que seja o posto, vai ser suportado pela entidade adjudicatária? 3.000 a 5.000 euros cada um? Quem não sabe, pode ir ali ao ao hipermercado Pingo Doce - não estou a fazer propaganda - está lá um instalado já e devidamente fechado. Ainda não está a funcionar. Depois vai suportar a energia, vai suportar a ligação da energia até ao posto, ou seja, há de haver um PT próximo, e a energia que vem do PT até o posto vai ser suportada pelo adjudicatário? Vai ter que fazer o ramal, vai ter que fazer a vala, vai ter que rasgar a estrada, o passeio, tapar, enfim, tudo isso vai ter um custo. E vai ter que compensar a Câmara numa determinada percentagem da faturação, vê-se nos critérios, que pode ir até 7%.

Eu acho que isto é otimismo a mais. Porque não estou a ver uma empresa suportar tudo isto e ter um prazo de 6 anos, passível de 10, para recuperar o investimento e ganhar, porque também tem que ter lucro.

As propostas que eu tenho visto é que a entidade que licencia ou que entrega, pelo menos, suporta alguma coisa... ou os equipamentos ou a energia, enfim, ou os ramais, o licenciamento com a EDP, o que não acontece nesta proposta.

Outra questão me surge, é saber se o adjudicatário vai ser obrigado a instalar os 18 postos, ou se poderá ficar por um, por dois ou por 3, porque também não é taxativa, na minuta do contrato, esta obrigatoriedade. Fala-se nos 18, que podem ser 14, porque 4 vão ser em domínio que não são domínio da Câmara, na Vista Alegre, PCI e já não me recordo qual é outro local que não são da nossa responsabilidade. Portanto, poderão ficar 14. E a minha pergunta é saber, também, se vai ser obrigado a instalar os 18 ou se poderá ficar por aqueles que são mais favoráveis, ou seja, aqueles que são mais rentáveis. Certamente os das praias e do centro da cidade.

Enfim, são estas questões que me preocupam, porque eu gostava que isto fosse efetivamente uma realidade. Já não falando na concorrência, não é? Porque eu estou convencido que o Pingo Doce fizer o que está a para fazer, já que a energia vai ser abastecida pelo próprio Pingo Doce, os fornecimentos vão ser diferentes. Entramos aqui numa lógica de concorrência e não sei se o adjudicatário deste processo está disposto a concorrer com o Continente ou com o Pingo Doce ou com outra entidade que tem mais facilidade em fornecer energia e em suportar alguns destes custos. Portanto, eu gostava que o senhor Vereador, se possível, e se o desejar, me responda aquilo que lhe coloquei.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (1:47:57")

«Desta vez, venho aqui fazer críticas construtivas.

A nossa sociedade está a caminho da descarbonização e, portanto, já é mais que tempo nós, aqui no Município, termos condições para quem nos visita e já usa os seus carros elétricos de poder carregar. Isso é já passa a ser algo que é bastante considerado por quem tem carros elétricos, vai fazer uma viagem, sabe que não tem autonomia suficiente porque a carga que fez em casa não dá. Então, antes de ir a algum destino, normalmente preocupa-se em perceber se tem ou não infraestruturas para fazer a carga.

Portanto, este projeto também beneficia e ajuda na promoção do nosso município a nível turístico, porque cada vez há mais carros elétricos e as pessoas que os compram são pessoas com mais recursos financeiros, pessoas normalmente têm a possibilidade de fazer uma escapadinha de fim de semana, fazem mais férias e, portanto, penso que vai de encontro a essa estratégia de promover o nosso município.

Quanto às normas do procedimento, à minuta, dou os parabéns ao Executivo.

Depois de o ler, penso que é um documento muito completo. E ao ser um documento muito completo, vai evitar, com toda a certeza, litígios com a Câmara, no futuro. Estão acautelados os interesses do município, portanto, se houver fornecedores, que eu penso que vai haver - o senhor Flor Agostinho, se calhar, não tem carro elétrico... eu tenho há 3 anos e, portanto, utilizo essas infraestruturas nas minhas viagens - o Pingo Doce não é detentor do equipamento. Eles também concessionam espaço a terceiros para ter lá os postos e, portanto, também devem ter que pagar alguma coisa. Poderá, porventura, ser mais fácil de instalar por já terem outras infraestruturas elétricas, mas penso ser bastante interessante para estes operadores vir aqui instalar um ou mais postos. Portanto, estão bastante acautelados, tanto na minuta, como no procedimento, os incumprimentos. Inclusivamente, vê-se que há está acautelado o direito de regresso. E os locais escolhidos parecem bastante interessantes, portanto, locais onde é fácil de estacionar mais do que um carro. Mais uma vez os meus parabéns.»

**Luís Leitão, PS:** (1:51:02")

«Boa noite a todos. Boa noite ao público. Boa noite a quem nos vê também lá em casa. Aos nossos colegas e aqui presentes.

Eu hoje, estranhamente, queria elogiar o Executivo pelo rigor com que apresentou esta proposta. Não sei se é uma proposta original, se é copiada, mas é muito esclarecedora e é reveladora de uma dinâmica que a sociedade tem vindo a praticar. Eu diria que não tenho, não coloco, as restrições colocadas pelo Flor Agostinho. Acho que são um conjunto de receios que não fazem muito sentido. Isto, faz-me lembrar a questão dos carregamentos automóveis, e faz-me lembrar um pouco o aparecimento das redes de telecomunicações. As operadoras instalavam repartidores em todos os lados que lhes interessavam e depois as câmaras continham zonas de má cobertura e pouco sinal, e depois andavam a exercer lobby para eles colocarem ali um repartidor. Aqui, na eletricidade, é a mesma coisa. Não tenhamos pena destas companhias operadoras que têm o parque de estacionamento mais caro do mundo. Portanto, eles ganham muito dinheiro e podem partilhar os custos. E, por outro lado, se me roubam dois lugares de estacionamento para arranjar dois carregadores que paguem à Câmara os estacionamentos. Diria também que este alcance de ter uma rede de carregamentos não é, essencialmente, para quem nos visita. É muito para quem cá vive, para aqueles que não têm garagem. Porque o Sérgio tem carro elétrico, mas carrega na garagem dele. Mas há muitos que têm carro e não têm onde carregar. Portanto, tudo isto é um conjunto misto de oportunidades que servem os que cá estão e para os que vêm de fora. Também muito importante, julgo eu, será a localização interessante dos diversos postos. Eu acho que a proposta é global e teremos os carregamentos nos 18 locais. Só assim é que faz sentido, porque se não for um projeto global, então a Gafanha do Carmo, à partida, não teria carregadores elétricos. É a força política em conjunto que faz com que esta política seja interventiva.

Nós estamos totalmente satisfeitos e, se calhar, vamos perceber que, com a dinâmica do mercado, estes postos serão poucos, nomeadamente na zona urbana de Ílhavo e na Gafanha da Nazaré. Pelo menos, parece-me que é onde a pressão será mais evidente.

Eu julgo que o que se coloca aqui é muito mais profundo que isto. Além de estarmos a discutir isto, eu acho que, assim como eu também estou satisfeito, o Executivo está eufórico. Está mesmo eufórico com esta questão. Está tão eufórico que os responsáveis pela comunicação da Câmara, ainda antes de nós estarmos a apreciar isto aqui, já estavam a colocar no seu site a notícia. O site do município colocou a notícia de que estava a concurso este tema. É interessante o poder de antecipação. Aperceberam-se do erro e atualizaram, mais tarde, e

colocaram no último parágrafo “o processo segue agora para deliberação na AMI”. E pronto, estamos, hoje, aqui a deliberar o que já tomei conhecimento também pelo site da Câmara. Fico feliz por isso.

Aconselho o senhor Presidente a dar um pouco de xanax à sua malta porque andam muito entusiasmados.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (1:55:06”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Admirando sempre estas incursões do senhor Luís Leitão, deixando sem qualquer comentário sobre isso, vou passar o senhor vereador João Semedo.»

**Vereador do Executivo, João Campolargo:** (1:55:16”)

«Antes de mais agradecer porque esta primeira ronda de intervenções acabou por esclarecer a maior parte das questões uns dos outros.

Mas não vou deixar também de falar naquilo que foi o trabalho desenvolvido. Como já tinha referido, ele foi um trabalho longo, mas, apesar de longo, é tardio. Acho que ninguém tem dúvidas que estamos muitíssimo atrasados, no nosso município, no que respeita ao fornecimento de serviços para a mobilidade elétrica. Portanto, é aí que nós estamos a trabalhar.

Recordo que o trabalho, por ter sido multidisciplinar, envolveu várias áreas, nomeadamente o turismo. Quais seriam os postos mais importantes para o turismo? E envolveu a cultura, também muito ligada ao turismo. Depois houve aqui também uma componente muito grande em termos de áreas de planeamento e sociais para ver também onde é que estavam as maiores dinâmicas da comunidade e onde é que eles seriam realmente importantes, porque estes pontos de carregamento serão mesmo para servir a comunidade.

As questões que foram aqui colocadas pelo professor doutor Flor Agostinho - há sempre também alguma dificuldade em conseguir apanhar todos os pontos - mas é sempre para mim um bom exemplo. Pela sua experiência, o rigor e a forma como estuda estas matérias, consegue sempre fazer aqui uma série de perguntas que nos põe, de facto, num grau de exigência muito superior e que, depois, tem como consequência um público muito mais esclarecido. Portanto, tenho que louvar mesmo essa postura.

Porque é que é se este procedimento está desta forma e se poderemos ter ou não interessados? É muito importante referir uma coisa. Este trabalho, foi longo porque também se deveu a uma questão muito importante. Nós, ao longo deste tempo, recebemos uma série de interessados para explorar os postos de carregamento, os pontos de carregamento, portanto. Há muito interesse nesta exploração e, tal como também tinha sido referido no caso dos hipermercados, eles também acabam por concessionar, tal como numa bomba de gasolina, é exatamente igual. Um posto de combustível também não é propriamente o negócio do hipermercado. Portanto, aqui, aplica-se, exatamente, o mesmo. Há, de facto, muito interesse e estamos certos de que vamos ter muitos interessados. Daí termos elaborado um procedimento desta forma. Acho que houve aqui um rigor grande naquilo que fizemos, não conhecemos nenhum exatamente igual. Já recebemos alguns comentários de alguns interessados e que entendem que está muito completo e abrangente.

Aquilo que nós fizemos foi um trabalho muito grande de pesquisa, de estudo, do que foram outros procedimentos. E, a par disso, estudar nem quais as dificuldades que existem nos outros municípios, onde é que há ou não resposta, e o que é que falha. E foi aí que tentámos colmatar e elaborar este procedimento.

Refiro, uma vez mais, que isto é uma oportunidade que nós temos para o nosso território. Ter aqui outras respostas no âmbito de outras áreas, nomeadamente das cidades inteligentes e na gestão dos nossos espaços públicos, não só por questões ambientais, mas eventualmente também de trânsito, como também referi.

A questão das bicicletas elétricas, deixámos em aberto a possibilidade de poderem vir a oferecer outro tipo de serviços que serão valorizados.

E muito importante... quando fala se os 18 pontos são obrigados, são obrigatórios. São. Temos isso previsto. Temos também a ressalva no caso dos pontos no Jardim Oudinot que, por ser jurisdição da Administração do Porto de Aveiro, carecem de um parecer. Na Vista Alegre, carecem de aprovação da Visabeira, e no Parque de Ciência e Inovação também carecem de validação a aprovação pela Administração do Parque Ciência e Inovação.

Mas também importa referir que fizemos um trabalho de consulta com essas entidades para verificarmos se havia essa possibilidade. E há um interesse muito grande em permitirem que estes pontos de carregamento possam ser executados.

No caso não serem executados, a proposta também prevê que quem vier a ganhar este procedimento que proponha alternativas. Isso é está, de facto, previsto.

A questão se fizemos algum estudo sobre o número de veículos elétricos? Não, não fizemos, não tivemos essa possibilidade, mas também é difícil. Nós não conseguimos controlar quem é que está no nosso município de passagem, que faça este tipo de carregamento, porque não temos uma rede pública que permita essa contabilização. Teríamos que ver com os privados, mas também é difícil porque nas faturas da eletricidade não há essa separação porque não há, regra geral, um ramal próprio para isto.

É um procedimento com uma visão a longo prazo. Estamos de acordo ou em sintonia com as novas regras, nomeadamente para a terminar a construção de motores a combustão. Portanto, sabemos que cada vez mais vai haver a tendência, que é obrigatória porque foi imposta pela União Europeia, que haja cada vez mais carros movidos a energia elétrica.

Quando questiona as escolhas e facto de ser necessidade porque há pessoas que os carregam em casa. Como já foi esclarecido, temos também muita gente que ainda não tem carro elétrico porque não tem condições. Vamos ver. Por exemplo, no casco urbano de Ílhavo não há garagens, não é? Portanto, temos de criar condições para que as pessoas possam recorrer aos pontos de carregamento na via pública. Recordo também, num dos atendimentos que tive há pouco tempo, uma moradora na Rua José Estevão, aqui muito próximo, não tem garagem, é uma casa antiga, e que vai carregar ao Glicínias. Portanto, a partir de agora, se conseguirmos, se tivermos sucesso, já podemos ter outro tipo de oferta.

Pensamos, também, sobretudo naqueles que ainda hoje não têm condições, mas que anseiam pela aquisição de um novo veículo, um veículo diferente. É isto que que nós tentámos antever e precaver-nos. Penso que está tudo esclarecido. É tudo.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:02':27")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou então abrir a segunda ronda de inscrições. Muito bem, Pedro, Cristo, por favor.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (2:03':05")

«Boa noite, novamente. De todos os lados recebemos votos favoráveis, com uma reserva ou outra pontual, mas parece uma boa solução.

Eu gostava só de recordar que temos deixado de ouvir, nestas últimas assembleias, a história do que a marca do UPF, vai deixar a marca do UPF... eu gostaria de dizer que só em termos ambientais, e não vou alargar para as outras situações, o UPF, como Executivo, já avançou para os painéis fotovoltaicos nestes edifícios, e vai avançar, com certeza, para outros, os famigerados postos de abastecimento, que era uma situação que já estava pensada pelo anterior Executivo, sem dúvida nenhuma que estava, como é normal, todas as outras situações. Mas estamos aqui para decidir e penso que o Executivo aprovou, por unanimidade, e, com certeza, nesta Assembleia, também aprovará, só se alguma catástrofe ou algo catastrófico acontecer. E gostaria também de vincar que o ponto seguinte será a questão da aquisição das viaturas, que são comparticipadas pelo Fundo Ambiental, que também foi aprovado pelo Executivo por unanimidade, que vem aqui para nós também aprovarmos. As marcas às vezes não precisam ser profundas. As marcas precisam de ser marcas, precisam de ser qualquer coisa de diferente, que vamos deixando. E estamos só a falar na questão ambiental, se calhar numa próxima sessão ou noutro ponto, falamos de outras marcas que vamos deixando. Mas ainda bem que não ouvimos hoje, nem nas outras sessões anteriores, nada sobre isso, porque algum trabalho também já se está a fazer. É só. Obrigado.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (2:05':20")

«Muito rápido. Só agradecer ao senhor Vereador a amabilidade em responder às minhas perguntas. Agradeço muito ter respondido. E registo a sua última frase... "se tivermos sucesso". Esperemos que sim.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (2:05':51")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Penso que este ponto teve as intervenções de 5 elementos das bancadas. Parece que estamos em consenso relativamente a esta matéria. Penso que há algumas pessoas que têm sempre a necessidade de contar uma história acerca de qualquer assunto, mas o que vale é o passo positivo que todos estamos a dar e que já demos também nós, o Executivo, como um todo. Estas marcas realmente vão deixando a sua história, vão deixando não só nas questões ambientais, mas em todas as outras questões, onde temos vindo a tocar.

Dou nota, também, de envolvimento de toda o Executivo e da Assembleia Municipal. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:06':34")

«Muito obrigado. Coloca à votação ao ponto 10 Ordem do Dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta de "Abertura de procedimento para atribuição do direito de utilização privativa do domínio Público do Município de Ílhavo para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos" foi aprovada por **unanimidade**.

Existe uma declaração de voto? Não existem declarações.»

**Ponto 11.** "Compromisso plurianual para Locação de duas viaturas elétricas (ligeiro de passageiros) e uma viatura elétrica (ligeiro de mercadorias), em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados".

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:07':06")

«Vamos passar para o Ponto 11. "Compromisso plurianual para locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e uma viatura elétrica ligeira de mercadorias, em regime de aluguer operacional de viaturas à AOV [*Aluguer Operacional de Viaturas*] e respetivos serviços associados. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (2:07':26")

«No sentido daquilo que também é a abertura de avisos do Fundo Ambiental, fizemos as candidaturas devidas. Já tínhamos duas feitas quando chegámos à Câmara Municipal relativamente à aquisição de viaturas que reformulámos e, portanto, adicionámos mais uma e que nos pareceu oportuno fazer nesta candidatura. Esperamos o maior sucesso destas viaturas.

Temos aqui um processo através de uma empresa de leasing ou de AOV, por assim dizer, que fará a gestão de todo o processo. Nós, só teremos que pegar no telefone e dizer o que pretendemos, e depois esperarmos para fazer a sua aquisição no final. Mas é um regime que é obrigatório, neste tipo de aquisições e, portanto, precisamos também da aprovação da Assembleia Municipal. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:08':17")

«Obrigado, senhor Presidente. Abra as inscrições para a apreciação deste ponto. Temos o PSD, o CHEGA e o PS. começo por dar a palavra ao Flor Agostinho.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (15':32")

«Também vou ser muito rápido, só para esclarecer o seguinte.

O Executivo anterior fez uma candidatura para obter 2 viaturas no âmbito do Fundo Ambiental e obteve 2 viaturas que estão ao serviço da Câmara. Tanto quanto eu percebo, seguidamente fez outra candidatura para mais 2 viaturas, que era a terceira fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública.

Desta candidatura, feita pelo anterior Executivo, uma delas foi chumbada e a outra viatura foi concedida, isto é, foi aprovada. Temos aqui um despacho de 2 de dezembro 2021. Portanto, tanto quanto eu percebo uma delas perdemos. Não sei se ela foi questionada em audiência prévia, mas deveremos estar à espera de receber mais uma viatura.

Eu gostava que me confirmassem se temos duas e vamos passar a ter três. Esta é uma realidade. Portanto, uma perdemos, só nos consideram uma. Para ser obtido o fundo ambiental vai ter que passar pela candidatura e aí é poderemos, então, obter a viatura.

Agora, estamos a candidatar mais 3 viaturas, tanto quanto eu percebo desta proposta, que não vão ter o apoio do Fundo Ambiental e não vão ter a burocracia que está adstrita a este processo, que é complicadíssimo, como também sabe o senhor Vereador tão bem como eu. Então pergunto se estas 3 viaturas vão ter ou não o apoio do Fundo Ambiental?

Só gostaria de dizer o seguinte. Mais uma vez refiro que nós somos favoráveis, estamos de acordo, temos que defender o ambiente e estamos de acordo com as viaturas. Agora a mim interessa-me saber os procedimentos, interessa-me ser esclarecido e penso que os esclarecimentos são prestados é nesta Assembleia, é aqui o lugar onde deveremos pedir os esclarecimentos para podermos transmitir, àqueles que nos elegeram, o que é que foi resolvido nesta Assembleia.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (2:11:34")

«Quero só fazer uma breve nota, até porque sou uma pessoa que já tem alguma experiência nestas andanças. Também já lá vão uns anos.

A nota que quero fazer é acautelar o tipo de viatura que vai ser escolhida, não entrar em contratos com aluguer de baterias, porque isso é prejudicial para o nosso município, em virtude de hoje, praticamente todas as marcas, dão 7 ou 8 anos de garantia as baterias.

Outra coisa que é preciso acautelar são os custos escondidos. E o que é que eu quero dizer, com isto? Eu quero dizer que a maior parte das oficinas e a maior parte das marcas, talvez com exceção da Tesla, como os carros elétricos não têm praticamente manutenção alguma, tentam extorquir dinheiro aos seus utilizadores. A título de exemplo, podem ir ver, estar lá exposto, a Corvauto, para uma viatura do motor de 4 tempos, cobra à hora cerca de 30 euros, e para uma viatura elétrica cobra 90 euros. Nunca consegui perceber esses critérios, mas é assim que está e, portanto, é uma nota que devem ter em atenção e tentar acautelar. Obrigado.»

**Luís Leitão, PS:** (2:13:14")

«Se calhar, posso também colocar uma pergunta ao Executivo, mas aquilo que estamos aqui a falar é aquilo que, legalmente, se considera um renting ou um leasing. É um renting. E, portanto, sendo um renting, aquilo que eu interpretei, de que tudo o que está aqui exposto, é que vai ter uma renda de um determinado montante, sendo os custos da utilização definidos pela quilometragem, é definido o período de arrendamento, que são os 4 anos. Estão lá devidamente explicados os compromissos plurianuais.

As coisas parecem que não me deixam muitas dúvidas em termos daquilo que é a questão levantada pelo Sérgio Louro.

Neste caso, eu acho que as câmaras são muitas vezes miserabilistas na gestão daquilo que é o seu património, os bens que têm e os seus recursos. Eu vejo, com alguma piada, a 4L a acompanhar as obras, as poucas obras que se vão fazendo no Concelho. A 4L é uma peça de museu que deve ser estimada. O Presidente, um dia, numa tomada de posse ou num evento, pode vir de 4L. E mantê-la no parque automóvel é uma coisa, agora andar com os colaboradores com uma 4L é preciso não ter vergonha na cara. É o estado miserabilista, se calhar da gestão, neste caso, do PSD, mas se fosse noutra Câmara, era outra qualquer, que não soube acautelar num percurso com milhões de euros de orçamento, não sabem dar dignidade ao ato de se saberem representar, a si e aos seus colaboradores, com o mínimo até de segurança.

Eu acho que é natural, como nas empresas, como nas nossas casas, substituímos as viaturas com determinada regularidade. Uma Câmara, substituir de 4 em 4 anos, ainda mais sobre a forma de renting, parece uma decisão de gestão correta. Eu não sei se precisam de 2 viaturas mais uma comercial. Isso, compete-vos a vocês. Eu acho uma boa medida de gestão optarem por um renting natural. E fico satisfeito que possamos substituir o Land Rover e uma 4L, que são elementos bastante poluidores. Vamos dar um toque de exemplo à comunidade pela sustentabilidade da nossa decisão. E vamos dar um passo em frente com estas medidas das viaturas elétricas. Portanto, congratulo-me por estarmos, nestes casos, a tomar medidas e de futuro, e bem tomadas.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (2:16:26")

«As respostas são muito curtas. Dentro do caderno de encargos, penso que na cláusula 3, no prazo, penso que o senhor Flor Agostinho pode ler o que está lá: é a terceira fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública. Não sei se isto lhe diz alguma coisa, mas posso-lhe dizer o número do aviso. É o Aviso n.º 11192/2021. Portanto, o senhor pode ler isso e depois diz-me se tem apoio ou não do Fundo Ambiental.

Não sei. O senhor traz os documentos, sabe muito disto. Nós estamos ainda numa fase de aprendizagem, de perceber. Temos alguma dificuldade em ter alguma leitura sobre aquilo que diz, mas olhe, vamos apresentando estas coisas para aprovação. Outros fizeram-no e bem. Fizeram-no.

Hoje, temos 2 viaturas elétricas ao serviço da Câmara, com excelentes resultados. Esperamos que estas 2 viaturas também venham dar uma resposta, que há muito tempo não existe, na GNR. Portanto, esperamos que estas 2 viaturas que estamos aqui a falar, das 3 viaturas no total, sirvam também a nossa GNR, como serviram os FIAT Punto que tínhamos. Esperamos que também a terceira viatura, que é uma viatura de 3 lugares, sirva também o nosso 23 Milhas da forma que queremos e que sentimos que é ajustada. E que a viatura que hoje lá temos possa fazer outros serviços na Câmara.

Assim como a aquisição de mais 3 viaturas, também comprámos mais um autocarro que e mais um furgão que vamos comprar. Desta forma, esperamos que a nossa frota, com 22 anos de média, possa reduzir o seu prazo médio de idade e possa ser mais jovem, esperando também, como o Luís Leitão disse, e muito bem, no início da sua intervenção, valorizarmos aquilo que é a frota e valorizarmos outra coisa muito importante, que são os funcionários. E digo-lhe, também, que dentro daquilo que é a minha decisão e dos meus vereadores, falando por um todo, a 4L merece ser recuperada e arranjada. São um exemplo também de vida, como eu quero ser e como vocês também o desejam, todos os dias. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:18:38")

«Obrigado, senhor Presidente. Uma segunda ronda de inscrições. Só do CHEGA? Muito bem. Sérgio, por favor.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (2:19:02")

«Queria só fazer uma pequena nota. Penso que o Executivo devia ponderar entre renting e leasing, em virtude de 4 anos não ser tempo nenhum para um carro. O renting, no final do contrato, a propriedade não é nossa. Enquanto no leasing, sim. E um carro elétrico é esperado durar muitos anos, até porque há já aqui várias vezes falei na sustentabilidade, sustentabilidade financeira do município. Estas viaturas têm muito menos custos de operação, muito menos custos de manutenção e, portanto, a médio longo prazo vão conseguir fazer conseguir com que o município tenha menos custos. Obrigado.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (2:19:54")

«Sérgio Louro, se me permite, só esclarecê-lo sobre uma coisa. Se puder ler e ver aquilo que é esta terceira fase de candidatura e as imposições que são postas por este tipo de candidaturas, terá resposta àquilo que pretende.

Nós não podemos aqui adotar outro sistema. Esta proposta tem o máximo até 500 euros mensais, que pode ser participado na aquisição e, portanto, tem que ser feito assim. Penso que a Junta de Freguesia de São Salvador recentemente recebeu uma viatura também neste modelo. Portanto, se precisar de algum esclarecimento, também o senhor Presidente da Junta poderá dar-lhe. É tudo. Muito obrigado, senhor Presidente.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:20:32")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 11 da Ordem do Dia, "Compromisso plurianual para locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e uma viatura elétrica ligeira de mercadorias, em regime de aluguer operacional de viaturas à AOV e

respetivos serviços associados”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O ponto 11 da Ordem do Dia foi aprovado por unanimidade. Existe alguma declaração de voto? Não existe declaração de voto.

Bem, eu proponha agora um intervalo de 10 minutos, Ok? Estamos de volta dentro de 10 minutos. Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos às 23:21.

Os trabalhos forma retomados às 23:32.

**Ponto 12.** "Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023".

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:32:06")

«Minhas Senhoras e meus Senhores. Vamos voltar. Comecem por fazer, por favor, a vossa aproximação aos lugares.

Vamos então iniciar o ponto 12, “Contratos Interadministrativos com as Junta de Freguesia para o ano de 2023” e começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

#### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (2:32:22")

«Obrigado, senhor Presidente. Este assunto já deu alguma discussão no passado, quando nós aprovámos aqui o nosso Orçamento, relativamente àquilo que eram os montantes envolvidos para as nossas juntas de freguesia. Antes mesmo disso, já tínhamos pedido a participação dos nossos Presidentes de Junta daquilo que perspetivavam como obras para realizarem em 2023. Como sabemos, perante algumas dificuldades na execução de obras de 2022, foram arrastando estes processos. Mas penso que chegámos agora ao documento que está na vossa mão, que tem a base de acordo entre o Executivo Camarário e os Executivos das Juntas de Freguesia. E penso que irá dar aos seus resultados, no terreno, em 2023.

Também, no próprio documento, podem ver, mais uma vez a vontade, que o Executivo tem a partir de outubro, de falar já naquilo que são os Contratos Interadministrativos para 2024

É com este sentido também de partida que nós queremos continuar a gerir o processo com as Juntas de Freguesia, que está mais envolvido com o senhor vereador João Semedo.

Este ano, perante tudo aquilo que era uma vontade dos Presidentes de Junta e a vontade do Executivo municipal chegou-se a este acordo

Pedimos a vossa aprovação destes documentos para que os Contratos Interadministrativos tenham a sua eficácia, após esta reunião. Muito obrigado, senhor Presidente.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (2:34:00")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Quem pretende inscrever-se nesta primeira ronda. Do Unir, o Pedro Cristo. Do PSD temos o Luís Diamantino, o Carlos António Rocha, o Augusto Rocha e o Flor Agostinho. Muito bem. Pedro, Cristo, por favor.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (2:34:55")

«Os projetos elencados nas 4 freguesias, que vão ser possíveis de concretizar pelas Juntas de Freguesia, pelos senhores Presidentes de Junta, com as suas equipas. O apoio da Câmara será um benefício para os fregueses, mas essencial também para todos os munícipes

Nós vivemos na freguesia 'A', mas gostamos de visitar as outras freguesias. É com prazer e com todo gosto. A informação que recebi foi que estes acordos foram feitos, como em tudo, há pontos que se calhar nós gostaríamos de ter mais, outros gostaríamos de ter menos. Mas ressalvo que este ano os acordos foram feitos sem bater portas, sem abandonar as reuniões, sem berros. O que é eleva, digamos assim, o trabalho que foi desenvolvido ao nível das negociações. Eu sei que foram as negociações possíveis, todos queriam mais.

E uma nota final, política por acaso. Estou curioso em saber qual é o voto dos senhores Presidentes de Junta, se validam aqui, no seu voto os acordos, que negociaram com o Executivo.»



**Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo:** (2:37':37")

«Boa noite, começando já aqui pelo Pedro Cristo...nós vivemos em democracia. Eu posso dizer que no meu Executivo não foi por unanimidade, eu estava absolutamente contra, apesar de ter negociado, mas respeito a democracia e vou respeitar aqui. Estou mandatado para votar a favor. Portanto, políticas à parte, também não percebo como é que o meu colega João Braga não se inscreve na primeira vez. São políticas. Não se inscreveu, certo? São políticas, são jogadas fantásticas.

Senhor Vereador, já fico contente por ter assumido que foi reformulado o projeto do Centro Cívico da Gafanha do Carmo. Afinal, já estamos a chegar à verdade.

Quanto ao documento, se me tivesse pedido na semana passada, eu tinha-lho dado. Agora vai ter que procurar melhor no arquivo que ele está lá.

Vamos então ao que nos traz cá, vou tentar não roubar muito tempo aos meus colegas porque não há necessidade.

Basicamente, vou partilhar com vocês aquilo que disse ao senhor vereador. Eu gostava que para vocês perceberem isto, era conveniente até terem o contrato para acompanhar, porque isto não é só político, é perceber porque é que a gente discute este contrato. Era conveniente vocês verem as cláusulas que eu vou referir? Era conveniente, mas se calhar não têm, não é? O Pinto Reis tem, é prevendo.

Eu começo logo por dizer o que disse ao senhor Vereador. Os considerandos são de facto demasiados, é, absolutamente, palha, porque, depois, na prática, não sentimos que os considerandos estão aplicados.

Agradecer ao senhor Vereador ter incluído o ponto 4 na segunda cláusula, que foi um assunto que eu lhe pedi. Muito obrigado, senhor engenheiro, por ter colocado lá esse ponto.

A cláusula quinta, os relatórios. Continuo a achar que são demasiados relatórios. Continuo a achar que bastavam dois. Só mesmo quem não percebe a dificuldade que é em fazer estes relatórios, sobretudo para quem não tem funcionários, não percebe esta dificuldade. Ou melhor, quem tem não percebe esta dificuldade.

Na cláusula 5, acho completamente desnecessário os pontos. São pontos que não trazem nada à relação institucional junto da Câmara. São mais amarrações... enfim, era completamente desnecessário. Isto foi tudo o que eu disse. Como dizia o senhor Presidente, portanto, não é novidade.

Também não concordo quando dizem lá que as Juntas de Freguesia têm que comunicar as obras para 2024, até 20 de dezembro. Não concordo em absoluto. Porque, e disse ao senhor Vereador, que se quer isso, mencione também, aqui, quando é que nós vamos saber o valor que nós vamos ter. Acho que seria, no mínimo, justo. Se eu tenho a obrigação de dizer o que é que eu quero fazer, seria no mínimo justo dizerem-me "vais poder contar com...". Não quiseram e por isso eu discordo destas coisas. Eu não discordo das obras nem dos valores. Eu discordo é deste tratamento.

Para terminar, as faturas são a grande questão. Telefonicamente assumi com o senhor Vereador que vamos entregar as faturas o melhor que soubermos. Não concordo, acho que devia de ser de outro modo, que devia haver aqui uma parceria, mesmo sincera. Se nós, nos relatórios, mencionamos o valor da obra, quanto nos custou, eu até desafiei a incluir no contrato uma visita técnica às obras para verificarem que elas foram feitas, também me chateia um pouco já ter validado aqui outros contratos na Assembleia e nas Juntas, porque é que têm que vir cá as faturas? Os contratos que validamos aqui, de outras situações, nós não vemos as faturas. Porque é que as faturas das Juntas têm que vir? Mas pronto... são decisões.

Por último, só dizer que não está cá hoje o Rui Rufino, mas falo para a vossa bancada. Ele tinha razão na Terra Nova quando disse "se assinam um contrato, não vão andar todo ano a falar mal desse contrato". A partir deste ano não vou falar mais. Só no fim da coisa. Portanto, ele estava coberto de razão. Eu no ano passado só falei porque já estava a preparar este. Só por isso, mas verdade seja dita. E acho que é só. Penso que não me esqueci de nada. Irei votar favoravelmente.»

**Carlos António Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré:** (2:43':37")

«Começo esta minha intervenção, com dois provérbios, bem portugueses: "Ouve o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço" e "Não sirvas a quem serviu e não peças a quem pediu.»

Naturalmente que vou falar do ponto em apreciação e que será votado por esta Assembleia Municipal: os Contratos Interadministrativos, como agora voltaram a ser designados.

E sobre esta tema, permitam-me que faça alguns considerandos.

Depois de duas reuniões presenciais, curtas, entre os dois Executivos, o da Câmara e o da Junta...

Depois de uma dezena de emails trocados...

Depois de duas reuniões extraordinárias do Executivo da Gafanha da Nazaré, com custos acrescidos para a Junta de Freguesia...

Depois de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária na Gafanha da Nazaré, também com custos acrescidos para a Junta de Freguesia...

firmámos o acordo possível, ao dar seguimento a uma das duas minutas, que nos foram inicialmente remetidas, a do Contrato Interadministrativo, com um conjunto de reservas que foram colocadas ao longo dos referidos emails, trocados com o Executivo Municipal e nas reuniões presenciais, sem que daí pouco ou nada de novo tivesse saído.

Contribuiu para esta decisão, de aceitarmos este Contrato, o nosso entendimento, de que, neste ano de 2023, a Gafanha da Nazaré, poderá fazer alguma obra, o que não aconteceria se não formalizássemos o mesmo. Aliás, essa ponderação foi determinante na perspetiva de colocar a Freguesia da Gafanha da Nazaré em primeiro, sobre tudo o resto.

Entre o trabalharmos para uma melhoria da condição de alguns espaços e equipamentos, ou não o fazer, decidimos fazê-lo com as condições plasmadas no contrato. Se não, vejamos; O valor cerca de 85 mil euros para a Freguesia da Gafanha da Nazaré, para o ano de 2023, mantem-se igual ao do ano passado.

Já no Acordo de Cooperação Financeiro do ano passado, certamente se recordam bem, das diversas questões que coloquei ao Executivo Municipal e que ficaram de merecer a atenção do mesmo, mas que em nada foi alterado: a COVID 19, a inflação e a Guerra na Ucrânia, com os condicionalismos que nos trouxeram, seriam razões mais que suficientes para haver uma revisão dos valores em cima da mesa, já que as obras não foram questionadas nem diminuídas. Entretanto, à exceção da COVID 19, os outros dois pressupostos teimam em manter-se, sendo certo que a inflação aponta para uma tendência descendente, mas os valores do ano passado mantêm-se igual:

Iva não orçamentado no ano passado. Este ano já não aconteceu, por iniciativa nossa.

Percentagem de 15% de Investimento da Junta de Freguesia. Se tivéssemos fundos disponíveis, para investimento, não precisaríamos de protocolar o que quer que fosse com a Câmara e até nos libertaria destas discussões.

Relatórios Exaustivos sobre todas as obras e as suas envolventes. Com poucos recursos humanos que temos nas Juntas de Freguesia, em particular na da Gafanha da Nazaré, que é sobre esta que transmito o meu sentir, e um tempo tão curto de viagem de Ílhavo à Gafanha da Nazaré, facilmente se poderá aquilatar no terreno o que está, em que condição está e como ficou a obra depois de terminada.

Quanto aos custos dessas mesmas obras, a Câmara melhor que ninguém sabe quais são, pois na sua gestão rigorosa, conhece-os bem. Não nos colocamos de fora à execução dos relatórios, mas seriam dispensáveis do nosso ponto de vista, da forma como nos são exigidos. Pelo menos e neste aspeto, honra seja feita à Câmara, que, eventualmente, sensível às nossas observações, passaram de eventuais quatro ou cinco relatórios, para três ou quatro. Pequena diferença, mas importante.

Finalmente, um critério de percentagens de investimento para cada Junta de Freguesia, que não se compreende. Em obras de cariz igual, mas em Juntas diferentes, o critério de percentagens financiáveis pela Câmara são bem dispares. Uma Junta de Freguesia tem um financiamento de obra a 86% e a outra tem um financiamento de 50%. Ou seja, o mesmo tipo de obra tem olhares muito diferentes.

Do nosso ponto de vista, o investimento obrigatório já não é entendível e com estes critérios, muito menos.

Mas este é o Contrato Interadministrativo, possível, que decidimos validar, quer no Executivo, em reunião de 04 de abril de 2023, quer na Assembleia de Freguesia Extraordinária de 24 de abril de 2023. Um conjunto de despesas extraordinárias que poderiam ter sido evitadas ao orçamento da Junta de Freguesia, se este processo tivesse eventualmente um olhar diferente. Ao aceitarmos este Contrato, com um conjunto de reservas que são do conhecimento, quer do Sr. Presidente da Câmara, João Campolargo quer do Sr. Vereador João Semedo, o mesmo, obriga-nos a uma avaliação permanente no decorrer da sua concretização, quer financeira quer material e que nos condicionam a irmos, apenas e só, até onde pudermos.

Permitam-me ainda, que faça aqui alguns considerandos, que julgo de capital importância para o que disse anteriormente.

Na Sessão Comemorativa do 25 de Abril, que decorreu neste mesmo espaço há uns dias, ouvi muito falar, de liberdade de expressão e de realização, de Autonomia, de respeito pela

vontade do povo... mas parece que isto só interessa quando nos convém, ou dá jeito, de ética política e que esse deve ser o nosso maior desígnio.

Ora assim sendo, vou expressar-me de forma livre, no estatuto que a revolução de abril me conferiu e em defesa do Órgão que lidero e represento, há quase 10 anos, consequência da vontade do Povo da Gafanha da Nazaré, que assim quis que acontecesse, em detrimento de outros, com todo o respeito pelos outros.

Não haverá voz individual ou coletiva que me silencie, quando o que está em causa é a defesa dos interesses da Freguesia da Gafanha da Nazaré. Como Presidente de Junta, falarei sempre que entender que o devo fazer.

Na Assembleia Municipal de Fevereiro, na sua segunda reunião, foram feitas algumas considerações menos abonatórias sobre a Gafanha da Nazaré e sobre quem lidera a Junta de Freguesia, a propósito do estado de evolução das obras do Acordo de Cooperação, referente ao ano de 2022 e o seu grau de execução.

Pena que hoje não tenha sido aqui feita qualquer intervenção sobre o tema, depois de ter sido enviados nos documentos para esta reunião mais um relatório e este com a conclusão daquelas obras.

Porque a liberdade de expressão e a democracia quando são respeitadas, também comportam a fulanização dos acontecimentos, porque a nossa liberdade deve terminar onde começa a do nosso semelhante, vou fulanizar.

Ao Exmo. Senhor Rui Rufino, membro suplente desta Assembleia Municipal, que assumiu essa postura demagógica e perversa, e a quem me quero dirigir em particular, apesar de não estar presente nesta reunião de hoje, presença essa que marcou na reunião anterior, facto que muito lamento, mas que é da condição.

Terá, num espaço tão curto de tempo, perdido a ética política?

Terá perdido a noção de respeito por quem trabalha todos os dias, há quase 18 anos, para a Freguesia da Gafanha da Nazaré? (Oito como Tesoureiro e quase 10 como Presidente da Junta).

Porventura, não terá lido os documentos que a Câmara Municipal nos fez chegar na Informação do senhor Presidente da Câmara, com especial incidência à do senhor Vereador João Semedo, na página 71, desse documento, nas linhas 22, 23 e 24?

Honra seja feita à Câmara e à Junta, que desde a primeira hora souberam assumir com o que se comprometeram, mantendo a sua palavra e as suas responsabilidades, expressas claramente no texto do senhor Vereador João Semedo.

Com que intuito fez as afirmações que fez naquele dia? Anda distraído, está a ser pau mandado de alguém, ou anda a agir por conta própria e não sabe, mesmo, como se deve posicionar?

Convém, porventura que leia a informação que fica à disposição dos membros desta Assembleia, para depois, não vir fazer figuras tristes.

Já agora, as responsabilidades que temos nesta casa da democracia, são as mesmas de quando estamos num programa de rádio, de microfone aberto e dizemos que os Presidentes de Junta não devem expressar as suas opiniões. Devem ter recato.....

Talvez para evitar desvarios como este, oriundos deste membro da Assembleia Municipal, ou de outros, a Câmara teve o bom senso de colocar, no Contrato Interadministrativo para o ano de 2023, uma cláusula que salvaguarda precisamente estas situações. Não vá andar por aí gente distraída que depois lhes venha a causar embaraços.

O que andou ou andaram a fazer estes anos todos em prol das comunidades do seu Município, que se lhes reconheça? Algo de relevante, de construtivo, de social, de associativo?

Sabe ou sabem, o que é produzir trabalhos que comportam uma série de constrangimentos, que nós não controlamos, sendo que um deles perdurou, teimosamente, entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023?

Este digníssimo membro desta Assembleia Municipal, que hoje não integra os trabalhos, parece sofrer de algum défice de acompanhamento da vida e da história do Município e das suas Freguesias, o que se percebe, pois não está cá permanentemente, vai passando por cá, apenas, de vez quando. Tal como aconteceu hoje.

Respeito, é o que se espera e se exige, quando se fala de outros, porque a ética e a liberdade, quando associadas à calúnia, como, afirmava no passado dia 25 de abril, é crime.

Permitam-me terminar com a citação de um homem nobre e reconhecido por todos, como tantos outros que viveram a política intensamente, no nosso Portugal, antes e pós 25 de abril de 74, nos mais diversos quadrantes da vida social e política e que nos deixaram grandes e bons ensinamentos.

“A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha” (Sá Carneiro).

Por último, permitam-me informar esta Assembleia e os seus membros que me quiserem ouvir com clarividência do seguinte: todas as obras contratualizadas no Acordo de Cooperação Financeiro para o ano de 2022, na Gafanha da Nazaré, estão concluídas. Todos os dados estão na posse da Câmara, conforme foi acordado.

Somos pessoas de bem ao cumprimos com o que assumimos, nem que isso nos custe os olhos da cara, como se costuma dizer. Arrojamo-nos a dizê-lo em público, porque nem todos tem a mesma condição para o assumir.

Desejo veementemente que a ética impere, que a liberdade de dizermos o que pensamos e no que acreditamos não nos traga ainda mais desaforo indevido e constrangimentos de vária ordem.

Que não nos retaliem ou criem dificuldades acrescidas, só porque temos um olhar diferente ou expressamos uma opinião não condizente com o status instalado.

Nós continuamos a ter um só discurso, uma só pratica e é importante que assim o entendam e nos aceitem. Não seremos hipócritas para defender o que não é exequível, mas não deixaremos de ser exigentes a defender as nossas convicções, o que mais interessa à Gafanha da Nazaré e não seremos subservientes a prego algum.

Entendemos que esta tem de ser a nossa postura, aquela que nos trouxe até aos dias de hoje, na gestão da Freguesia da Gafanha da Nazaré, desde 2013, e estou convicto, que em 2025, os Gafanhões voltaram a saber diferenciar bem quem os engana e quem de facto os defende.

É nessa prática política, a de defender os interesses da Gafanha da Nazaré e de todos aqueles que confiaram em nós, que estamos focados.

Termino com uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Estamos a poucos dias do final de maio, cinco meses do ano em curso e corremos o risco de não ter tempo útil para a execução ambiciosa de todas as obras que nos propusemos levar por diante na Gafanha da Nazaré, neste Contrato Interadministrativo. Tem V. Exa., data prevista para a assinatura dos Contratos Interadministrativos? Disse.»

**Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação: (2:59:24")**

«Boa noite a todos. Senhor Presidente e Mesa. O Presidente da Câmara e Executivo. Aos membros da Assembleia. Ao Público, lá em casa e aqui presente. Também lá em casa, espero que a Irene esteja a recuperar bem, a nossa Secretária aqui da Mesa. A comunicação social, o Borges lá em cima. Técnicos de Transmissão e ao Miguel Araújo.

Eu gosto de ser um bocadinho prático e conciso nas notas que transmito. E é assim que pretendo isso na vida. Portanto, não me alongo muito, mas tenho aqui, normalmente tenho 3 notas, desta vez tenho 5. Eventualmente, a última, não prevendo que o Pedro Cristo iria falar, serve para responder.

Fazer aqui um pequeno preâmbulo só para ressaltar que é evidente que estes contratos são bastante importantes para as Freguesias. Para todas, para o João Braga, para o Carlos Rocha, para a Encarnação e para o Luís Diamantino. É claro que para as Juntas mais pequenas, qualquer valor é significativo. Em juntas que têm meio milhão ou 600 mil euros de orçamento, mais 50 ou menos 50 faz alguma diferença, mas é pouco relevante. Para as Juntas da Gafanha da Encarnação e do Carmo estes valores são bastante significativos. Por isso mesmo, é que não os podemos desprezar. Mas não podemos concordar com tudo o que nos é apresentado. Como primeira nota, foram discutidos vários temas, nomeadamente os valores e as alterações à minuta do contrato que nos foi apresentado. Discordamos dos valores, como é público. Já foi transmitido nesta Assembleia e foi transmitido também ao Executivo da Câmara.

Concordamos com as obras. Em conjunto, articulámos o que é que era mais premente para a Freguesia e foi assim que sempre fizemos. Podemos nós ter uma intenção, a Câmara tem outra, e articulamos, normalmente, esse tipo de informação no contrato. Não há grande discórdia. E discordámos das alterações que pretendíamos fazer no contrato. Houve alguma cedência e eu penso que bem, quer para a junta, quer para a Câmara, porque foi introduzida uma cláusula que permite a passagem de verbas entre obras ou, até, a introdução de novas obras. Eventualmente, se conseguimos negociar um contrato para uma determinada obra por um valor inferior, poderemos passar esse saldo para outra obra, sem ter que recorrer ou ter autorização, quer das Assembleias de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, para ficar tudo correto.

Este este tipo de contrato, por acaso, não está cá o Pedro Martins, é jurista - é pena - só temos cá o nosso companheiro Pedro Tróia, mas poderá haver quem esteja mais familiarizado com a tipologia de contratos.

Eu considero que este é um contrato designado por “Contrato de Adesão”. No direito, há vários tipos de contratos. E um contrato de adesão é, simplesmente isto que eu vos vou ler, aqui, um bocadinho. “Ora, nos conhecidos “Contratos de Adesão”, também denominados “Contratos Tipo”, em que há uma imposição, por uma das partes relativamente à outra, dos termos contratuais. É por isto que considero que foi um Contrato de Adesão.

A segunda nota que os meus colegas de Junta também já falaram, teve a ver com a percentagem das obras. Eu acho que é conhecido por todos que a percentagem que nós incluímos, em cada uma das obras, é muito superior ao que a Câmara pretende com os tais 15%. Eu percebo, na ideia, a essência. Não percebo na prática. Porque se no primeiro ano do Executivo poderia haver ali alguma adaptação - mas, como já vinham do Executivo da Junta também sabiam como é que as coisas funcionavam - neste segundo ano custou-me um bocado a compreender.

A terceira nota que aqui dou também já foi dada, penso que pelo Carlos, e tem a ver com a cópia das faturas. E o Luís também referiu isso. Há protocolos entre a Câmara e diversas entidades, não interessa de que tipologia, que eu tenho a certeza que não são exigidas as faturas. Isto é uma opinião unânime das 4 Juntas. E foi o que eu transmiti à Câmara também, nestes termos. Entretanto, houve alguma indignação por parte do Executivo da Câmara. Mas a indignação também não se percebe, porque o que eu escrevi foi isto. Se, por um lado, ficou mais que provado que no ano anterior o envolvimento das Juntas nas obras ultrapassa em muito estes valores. O pedido adicional das cópias das faturas, nos relatórios, reforça o sentimento de desconfiança que a Câmara poderá ter perante as Juntas.

O que muito me estranha é precisamente o oposto que sentimos no trabalho diário com o Executivo da Câmara. Eu não percebo é se, diariamente, há uma confiança mútua e uma colaboração mútua em todos os assuntos, porque é que depois nos venham pedir as faturas de pregos e parafusos, e chapas e telhas para fazer as obras? A Câmara, a todo o momento, pode chegar às instalações da Junta e solicitar as faturas da obra tal que nós mostramos. Estão lá. Portanto, eu volto a insistir que este tipo de pedido que nos é exigido - não é que eu seja mais sério que os outros, porque não há pessoas muito sérias... há pessoas sérias e há pessoas que não são sérias. Eu não me considero muito sério. Considero-me sério. Portanto, este tipo de assuntos custa-me engolir um bocado.

A quarta nota. A cooperação autárquica faz sentido na sua plenitude. Ou seja, se fica bem nos discursos que se fazem, se fica bem no preâmbulo dos contratos, nomeadamente neste, se se pratica diariamente na resolução dos problemas, também se devia aplicar na negociação dos contratos. É o que eu acho.

Quinta e última nota. E aqui a resposta ao meu caro amigo Pedro Cristo. Eu estarei cá para assumir a responsabilidade da assinatura do contrato. Como transmiti, a minha palavra é só uma. Embora o tenha feito também por e-mail, como foi solicitado posteriormente. Porque não fazendo, estaria a penalizar a Freguesia que represento e que presido. No entanto, deixo aqui duas informações adicionais. Como forma de registar o meu desagrado e que de antemão também já foi comunicada ao Executivo da Câmara, vou responder, aqui, ao Pedro Cristo.

Se um contrato deste tipo me fosse dirigido, em termos pessoais, eu não o assinava. Percebes o que eu estou a dizer? Se Eu, em termos pessoais, tivesse a fazer uma parceria com uma pessoa e me fosse apresentado um contrato destes para assinar, eu não assinava. Deixava de fazer. Neste caso, não o fiz porque represento uma Freguesia. Mas isto também não invalida que ao fazê-lo agora, no futuro, se for confrontado com um contrato que melindre os interesses da própria freguesia, que eu venha cá assinar. É essa a informação que eu quero prestar a esta Assembleia. Não se admirem, no futuro, se em vez de 4 contratos, tenham só 3.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (3:09':18")

«Eu estou extremamente contente com a participação dos nossos Presidentes de Junta, nesta Assembleia, pela forma dedicada que prepararam as suas intervenções.

Eu, por acaso não tenho muito para dizer sobre isto, porque passei 8 anos numa Junta de Freguesia. Hoje, já vou a caminho de quase 2 anos na Câmara. Parece-me que, muitas das vezes, temos um sentido de governação que não é, propriamente, o sentido de governação que tem sido exigido ao longo dos anos àquilo que são as Autarquias Locais. O registo de uma nova lei de finanças locais, em 2013, o registo de uma nova lei de governação dos Municípios e das Freguesias e das Comunidades Intermunicipais, a Lei 75 de 13 de setembro de 2013, trouxeram alterações que hoje nós estamos a discutir. As possibilidades que os municípios tiveram de participar as Juntas, porque já o faziam anteriormente por outro

tipo de contratos, e que agora foram vinculados por uma lei. Acresce a tudo isto, temos a Lei 50, também, que vem trazer a possibilidade de descentralização para as Juntas de Freguesia, com uma visão muito clara, e que tive o cuidado também de partilhar com os senhores Presidentes das Juntas, que a aplicação de 1 euro numa Junta de Freguesia poderia representar, muitas das vezes, aquilo que são 2 ou 3 euros no Município. Defendi, enquanto Presidente da Junta, enquanto membro do Conselho Nacional da Associação Nacional de Freguesias e enquanto coordenador, durante 4 anos, também das Freguesias do Município de Aveiro, das 142 freguesias do Município de Aveiro. Portanto, não estou aqui a dizer que os senhores Presidentes das Juntas deixam de ter razão naquilo que são as suas exposições. Cumpri, claramente, com o anterior Presidente da Câmara, com aquilo que foram as proposituras perante os contratos que me foram apresentados. E tive também o respeito da parte desse Presidente da Câmara para comigo, enquanto Presidente da Junta... de me apoiar e, independentemente das discussões que eu tive, nunca fiz um alongar de conversa tão grande como vocês têm feito. Cada um de vocês saberá aquilo que eu sou merecedor e que vocês são merecedores. Não estamos aqui a falar do povo, não estamos aqui a falar da comunidade que nos elegeram, nem quem nos vai eleger. Estamos a falar de uma governação ativa nas nossas Freguesias. E vejamos tudo aquilo que vamos fazendo e aquilo que vamos concretizando, deixando para os outros em termos de governação. E se há marcas históricas, vocês estão a consegui-las pelas obras que vão executando, com o financiamento da Câmara Municipal ou sem o financiamento da Câmara Municipal. Mas referia, aqui, o Carlos António, com muito respeito. Aquilo que ele disse, a possibilidade que nós temos de investimento é a Câmara que nos vai dar, porque, se não, não podíamos fazer investimento. Essa é uma gestão que tem que ser feita noutro plano. Não é no plano das autarquias locais. É no plano da governação central. É aquilo que, hoje, ainda fica com o Governo e que já devia ter sido entregue às Juntas e aos Municípios e que ainda não foi entregue. Mas eu não venho dar lições de moral a ninguém, nesta Assembleia. Fui um autarca como muitos outros. Espero continuar a sê-lo por alguns anos, se assim o permitirem, com humildade e com algum respeito por vocês todos. Se bem que, muitas das vezes, apetece-me um bocadinho descansar e voltar ao ativo mais tarde, porque também o descanso nos faz pensar de forma diferente e menos impulsiva. Temos que fazer dessa forma. E isso até nem foi propriamente os 8 anos ou 9 anos de governação autárquica, foram mais os 15 que estive no setor privado que me ensinaram um bocadinho a fazer de mim a pessoa que hoje sou, respeitada, penso eu, por vocês e que vocês também têm o meu respeito.

E, portanto, Luís Diamantino gostava de lhe dizer que esse termo “palha” não é bom utilizá-lo em qualquer dos momentos da sua vida. Pode utilizá-lo quando tiver outro tipo de governação e outro tipo de coisas, mas aqui nenhum destes autarcas merece ouvir esse termo. Eu, em especial, não gostei das suas referências. Entendo que o senhor está a chamar qualquer coisa a alguém que não merece e chamou a toda a gente dessa Assembleia. E poderá ir a uma segunda afirmação, uma segunda coisa, que eu não lhe vou responder, sequer a isso. Tem que tomar algum cuidado com aquilo que é a postura de um Presidente de Junta e a postura de um Presidente de Câmara e de qualquer outro autarca que está aqui.

Relativamente àquilo que são os contratos, objetivamente, a nossa vontade, como Executivo Municipal, é que consigamos executar a obra, paralelamente, em que muitas das vezes, o sistema de contratação que vocês na vossa posse, se torna mais fácil do que nós. E perante os valores que estão envolvidos, vocês possam executar obras que estejam ao vosso alcance. Eu recordaria aquilo que a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré quer em que quase 60% do seu investimento reflète-se sobre bens da própria Junta de Freguesia, que são ao serviço do povo, como é evidente. Mas que, por exemplo, na Gafanha do Carmo e na Gafanha da Encarnação olham muito para aquilo que é o espaço público e até a governação daquilo que é a possibilidade turística do nosso território. E São Salvador, reverte-se um bocado daquilo que são os espaços, também públicos, cívicos, abandonando um bocadinho daquilo que é um investimento próprio nos equipamentos próprios.

Portanto, há carências grandes nas nossas Juntas de Freguesia, naquilo que são os seus imóveis, na conservação dos seus imóveis. Uns começaram mais cedo, outros começaram mais tarde. Eu penso que a Junta de Freguesia da Encarnação também tem obras no seu cemitério, que é uma fonte de receita, como é evidente, e que nós temos que considerar, e consideramos todos. Mas também me parece que os resultados que vocês têm apresentado, ano após ano, mostram uma boa gestão e uma boa governação da vossa parte.

Quanto àquilo que é obrigatoriedade dos relatórios e das faturas, e disso tudo, que vocês têm que fazer *report* a Câmara, eu diria que um Presidente de Câmara, que as imposições que cada vez nós mais temos perante o Estado são maiores com a DGAL, com os reports todos que temos que enviar e acho que nós também merecemos essa consideração da vossa parte.

Sinto, realmente, que o Luís não tem ali uma pessoa nos seus serviços administrativos, mas sinto que vocês facilmente também “scanarizam” qualquer documento e fazem este relatório. Não é uma perda de tempo assim tão grande. Tudo dá trabalho, é evidente. Não vejo isto como um problema, mas tudo dá trabalho. Podemos tirá-los... mas Augusto, não há aqui desconfiança absolutamente nenhuma, nem da minha parte, nem do meu Vereador, nem ninguém da nossa comunidade, perante o que tem sido a representação das Juntas. Por isso estamos aqui nesta sala, todos fomos eleitos democraticamente.

Gostava também de dizer ao Augusto uma referência muito simples. Tudo o que são associações do nosso município, e que nós tratámos de entregar valores para investimento, também têm que nos dar report, com documentos, desse investimento feito. E, portanto, de igual para igual. Aqueles que não cumprem, devem cumprir e é isso que nós temos feito cada vez mais, cumprindo aquilo que são as disposições dos contratos que fazemos e dos acordos de cooperação que fazemos. Portanto, temos uma parte de investimento que deve ser respondida com as faturas e com os documentos comprovativos dessa despesa. Isso tem sido exigido pelos nossos serviços para que haja é aqui, de futuro, um comprovativo real de que o dinheiro foi gasto para o objetivo que foi pedido. E algumas das nossas associações também não o fazem e pedem-nos para trocar, porque já não houve hipótese. Então optámos por fazer este trabalho e não aquele que tínhamos destinado.

Só última nota relativamente à percentagem. Eu acho que foi uma liberdade que nós vos demos naquilo que era a percentagem a atribuir a cada obra, pelo valor que vocês necessitavam. Portanto, não há diretamente uma imposição - Carlos António, uma vez que estás a acenar, percebo que estás desconfortável - não há aqui um valor de 20 ou 30 ou 40%, que será responsabilidade da Junta. Há um valor que foi articulado nessa base para que vocês pudessem administrar.

Relativamente ao Luís Diamantino, só dizer-lhe que a base de negociação de 2024 está feita com os princípios de 2023. Tudo o que vier daí lhe direi, mas em termos de orçamento, pode ficar já esclarecida essa matéria relativamente àquilo que é o valor constante para as Juntas de Freguesia, até pelas questões plurianuais que nós temos e, portanto, pode considerar isso. Muito obrigado, senhor Presidente.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:19:06”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou abrir as inscrições para a segunda ronda de intervenções. Muito bem. Vamos então começar pelo Luís Leitão, por favor.»

**Luís Leitão, PS:** (3:19:59”)

«O facto de não ter feito qualquer intervenção na primeira ronda prende-se com o facto de ter elevado a expectativa pelas intervenções que poderiam acontecer aqui, hoje. Porque sente-se um clima de conflitualidade entre a Câmara e as Juntas, que já não vem de hoje. Não é inédito. Provavelmente, para mim, é inesperado e está a atingir uma dimensão de uma dureza que não era hábito no Município. Há uma componente política, na minha perspetiva, que se prende com o facto de muitas das intervenções, hoje, serem as intervenções de representantes de partidos da oposição e não de partidos do poder. Provavelmente as discussões seriam duras, mas era à porta fechada e cá fora não se dizia nada ou fazia-se o elogio ao protocolo.

A Junta de Freguesia de São Salvador mantém alguma coerência com o comportamento daquilo que era o comportamento do João Campolargo, que era fingir-se de morto nestas reuniões, discutia o que tinha que fazer, e, normalmente, aprovava a discussão. Portanto, há aqui uma coerência do Presidente da Junta de São Salvador, com a responsabilidade acrescida de ser poder ou de estar junto do poder do Executivo. Compreendo o seu silêncio. Mas preocupa-me muito o clima de conflitualidade. Eu utilizei, há alguns meses, precisamente esses dois provérbios que utilizaste hoje, Carlos António Rocha. Mas podes utilizar também, não é exclusivo. E concordo e subscrevo porque há aqui alguma preocupação. Eu tenho alguma dificuldade em perceber que alguém que tenha sido um Presidente de Junta, ativo e dinâmico, e que pretendia sempre ir mais longe do que aquilo que eram as possibilidades que a Câmara de então entendia proporcionar-lhe... entendo que hoje, na qualidade de Presidente de Câmara, tenha amarrado com cintas de grande dimensão os Orçamentos para as Juntas, numa altura em que dar o mesmo, é dar menos, como já falámos no passado. Hoje, o mesmo montante de há uns anos ou do protocolo anterior é a mesma coisa que dizer que desvalorizámos, nomeadamente no custo dos materiais de construção, das matérias-primas que são utilizadas em muitas das obras que fazem. É dizer que perderam 15 ou 20% de

alguns de alguns produtos ou mais. Ou mais, acredito que sim. A taxa de inflação nos produtos que vocês utilizam é de 2 dígitos e grossos. E, portanto, choca-me um pouco essa dificuldade de gerirem alguém que já viveu as coisas de outra forma. Choca-me, também, o controlo exagerado, que na minha perspetiva, e não me querendo pôr a fazer o vosso trabalho, acho que a história faz lembrar um pouco quando era miúdo. Quando era miúdo os pais dos meninos davam-lhes o dinheiro, mas eles tinham que trazer depois a senha da escola que era para comprovarem que tinham ido almoçar à cantina e não ao bar da esquina, ou fazer fosse o que fosse. E aqui, parece-me quase a mesma coisa. Há uma tutela exagerada, na minha perspetiva, de poder fazer comprovativo com as faturas. E se se aplica também nas associações, a minha preocupação também é ainda maior.

De qualquer forma, senhor Presidente, reforça na intervenção que fez, que o dinheiro colocado nas Juntas de Freguesia é gerador de investimento e de um fator de multiplicação. Porque diabo o senhor não melhora as condições de vida da população do seu Concelho? Porque diabo o senhor não põe mais euros para ter mais investimento? Se 1 euro gera 2 ou 3 euros, porque diabo o senhor põe o dinheiro noutro lado e não põe nas Juntas? Não diga assim aos pedidos dos senhores Presidentes de Junta, dê-lhes mais capacidade, envolva-os, peça-lhes compromissos, não lhes peça as cópias das faturas. Ou mesmo que sejam as cópias das faturas, dê-lhes dinheiro para eles fazerem obra. Seremos todos muito mais fortes e o trabalho que eles fazem não fazem sozinhos, o trabalho da Câmara também lá está. A ideia que há aqui uma relação de controlo, é que não me parece muito ajustado. Como é que seria a atitude Vossa Excelência, também o conheço em muitas coisas, se o engenheiro Caçoilo lhe pedisse as cópias das faturas? Esta divergência forte de opiniões, para mim, enquanto Presidente da Câmara e ex-Presidente de Junta, é estranho e inesperado, e defrauda, eventualmente, as expectativas dos atuais Presidentes, seguramente. E os ditados populares podem ser aqui aplicados. Continuo, no meio disto tudo, a não perceber porque é que se o senhor, aqui, hoje, disse que o dinheiro das Juntas é um fator multiplicador, porque é que não põe mais dinheiro? Essa é a minha grande. E depois, por último, não percebo ou custa-me a entender como é que estamos em maio e estamos agora a discutir aquilo que deveria ter sido discutido em janeiro. Essa para mim é uma das grandes questões. O que é que, entre vocês, vos separa? Para que em maio estejamos a aprovar estes estes assuntos.»

**João Carlos Braga, Junta de Freguesia de São Salvador:** (3:26:32")

«Muito boa noite a todos. Antes de mais cumprimentar o Presidente da Mesa, o Presidente da Câmara e o seu Executivo, todos os membros da Assembleia, todo o público, todas as pessoas que nos estão a ver em casa.

Gostava só de iniciar já que, hoje, estamos numa de frases: “cada um pensa pela sua cabeça” ou “cada cabeça sua sentença” Não percebi bem porque é que o Luís Diamantino queria que eu viesse aqui ou não viesse eu. Graças a Deus, ainda sem pensar pela minha cabeça.

Eu gostava de deixar aqui algumas mensagens importantes que já as passei para trás, não indo muito ao encontro dos meus colegas. Gostava de enaltecer o trabalho e o diálogo permanente que foi feito no ano passado, que continuou a ser feito este ano, com a Câmara Municipal, nomeadamente com o Vice-presidente e também com o Presidente. Ao passo de um telefonema, quando necessitei e tive a oportunidade de ligar e resolver os problemas e sem discussão, sem o que quer que seja. Não vamos falar de proximidade, porque, pronto, não vale a pena. Se calhar, a Freguesia de São Salvador, enquanto Presidente, que sou mais novo, tive a particularidade de encontrar uma casa bem organizada, onde, facilmente, é possível consultar os papéis, todos os dossiers e ativos, de apanhar um saldo de gerência muito bom e uma casa e um orçamento equilibrado. Fico feliz por isso porque, ao fim deste ano, consegui o mesmo. Voltámos a ter um orçamento equilibrado e até o conseguimos aumentar ligeiramente aumentar. O que nos valoriza, muito embora a oposição, muitas das vezes, não ache isso como benefício, mas para mim é um benefício, porque não estamos livres do que possa vir para aí: o COVID, a inflação, tudo o que possa acarretar uma Junta de Freguesia.

E gostava também de deixar aqui um agradecimento pelo valor que nos é atribuído. Sei que não é de todo o mais elevado possível, mas conforme eu estava a dizer, tive oportunidade, e tenho a oportunidade de ter uma casa organizada, e facilmente, pesquisando os documentos, chego à conclusão que pouco ou nada de diferente encontrei relativamente ao ano que estamos a falar: o orçamento, o investimento, o valor que a Câmara Municipal nos dá, reparei que é praticamente o mesmo. Tenho consciência que podemos trabalhar com ele. Se poderia ser mais? Podia. Ficávamos contentes e mais obra podíamos fazer.

Gostava também de deixar aqui uma palavra, porque muitas das vezes a mensagem que passa para fora não é a melhor... eu gostava de deixar aqui uma mensagem importante que



é, tivemos o orgulho e o luxo, talvez o rigor e a transparência, de efetuar os serviços que fazemos, a obra que fazemos com uma percentagem acima da média, mesmo para outras pessoas, parece que não fizemos nada, mas executámos 96%. Estamos muito contentes com isso, ao mesmo tempo, ficamos entusiasmados já para o próximo ano.

Em 2022, apresentámos as nossas propostas para 2023, enquanto Executivo, em novembro e dezembro, e até hoje continuamos aqui a aguardar a aprovação. Não entendo bem porquê. Porque é que temos que aprovar tudo ao mesmo tempo, quando outros estão preparados, quando outros têm mão de obra, já disponível? Esforçamo-nos para ter mão de obra, para executar com investimento nosso e com os nossos homens, sem irmos a recursos externos. Gostava deixar esta mensagem relativamente aos relatórios. Já mencionei anteriormente que podiam ser menos. Podiam, até podiam ser menos, pelo menos, menos um. Acho que ficava contente e facilitava. Eu tenho a facilidade, se calhar outros não têm e tudo o que é documentos passa pela minha mão e sou eu que os faço, independentemente se temos pessoas na Junta, se temos colaboradores. Acho que é uma mais-valia os documentos serem elaborados por nós, mas isto sou eu. Só posteriormente é que passa para os nossos funcionários. São processos de trabalho, cada um opta da melhor maneira e como bem entende.

E relativamente aos investimentos, falamos aqui muito em percentagens e gostava de deixar aqui bem claro. Acho que o documento é fácil... nós temos o valor que nos é incumbido, temos 15% de investimento, esses 15% compete-nos ou é-nos dado para nós investirmos nas opções que vamos tomar. Eu decido, desses 15%, quanto é que vou investir em cada parcela. Se é maior num lado ou noutra, isso corresponde na mesma, aos 15% que lá estão, do valor que as Juntas aplicam. Também fico contente porque, por exemplo, a Junta de Freguesia de São Salvador, este ano, além dos 15%, ainda investiu 20 mil euros de capital próprio, em melhores estruturas, em melhores equipamentos. Também do saldo de gerência que tivemos e que é de todo o mérito usarmos e investirmos na nossa freguesia.

E gostava também de voltar atrás. Acho que era tempo do Executivo da Câmara Municipal começar a equacionar a assinatura dos protocolos, porque estamos em maio e nós temos tudo preparado desde novembro e dezembro, conforme estabelecido. E continuamos à espera, eu acho que não faz qualquer sentido, nós, Juntas, estarmos à espera uns dos outros para que as verbas sejam libertadas. Neste momento, praticamente temos 7 meses de operacionalidade para executar as obras. Pode não correr como correu no ano passado, no ano passado, correu bem. Eu próprio já disse que pode não correr da mesma maneira. Mas é como eu digo: em janeiro, fevereiro ou março, a Junta de Freguesia de São Salvador podia estar a trabalhar no campo e está a aguardar esse valor para fazer o seu investimento.

Deixar aqui só uma nota final. O acréscimo que houve para a manutenção dos “ERSUC” e na área dos lixos, foram 5 mil euros a mais, são 5 mil euros que se gastam muito rápido. Nós, neste momento, a Junta de Freguesia de São Salvador já praticamente gastou os 5 mil euros, nesta parte. Se vier algum a mais é bem-vindo e nós sabemos investir. Fica aqui a dica. Muito obrigado a todos.»

**Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo:** (3:33:52”)

«João Braga, não disse no início que não pensavas pela tua cabeça. Eu disse que era uma questão política. Quanto ao trabalho das juntas, olha, eu já fiz. Uma das obras que está no meu contrato, já está feita. Portanto, não foi por falta de dinheiro ou de assinar contrato que deixei de fazer obras já.

Quanto ao Senhor Presidente. Senhor Presidente palha foi um termo que utilizei até ao telefone com o senhor Vereador e o senhor vereador utilizou comigo. Mas não é nada ofensivo.

Eu até lhe podia dizer aqui o que é o sinónimo de palha: asneira, bagatela, banalidade, frivolidade, insignificância, disse só isso. Mas também já ouvi que termos como cassete, Senhor Presidente. Já vi aqui termos como cassete. Só isso.

E, por último, gostava de saber qual foi a segunda expressão que o senhor ficou assim tão ofendido comigo. É que pode haver aqui uma má comunicação, uma má interpretação que gostava de saber, já que foi uma ofensiva. Eu gostava de saber só isso, mais nada.»

**Margarida Alves, PSD:** (3:35:06”)

«Caro Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento os secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os restantes Vereadores. Caros Membros. Caríssimo público. Comunicação social. E já que estamos numa de provérbios, há um com o qual PSD não se identifica, que é: “manda quem pode, deve quem obedece”. Nós não precisamos disso. Nós precisamos de liderança e por isso é que

confiámos sempre nos nossos autarcas. O processo de descentralização só é possível porque é um processo de confiança e investimento. Portanto, o controlo que é exigido às Juntas de Freguesia, é desmesurado e injustificado, e é uma forma de tirar autonomia que o povo deu às Juntas de Freguesia, às lideranças e às equipas. Mexer na autonomia é uma tentativa de ferir a independência. Por aqui me fico.»

**Carlos António Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré:** (3:36':31")

«Braga, ainda bem que estamos de acordo na maioria das coisas e queria esclarecer aqui duas dúvidas fundamentais que me parece que não ficaram bem esclarecidas. Primeiro, a nossa relação com a Câmara, da parte da Junta de Freguesia para com a Câmara sempre foi aberta, séria e responsável. E acho que da parte da Câmara, quero crer que assim tenha acontecido, situa-se no mesmo patamar, ponto 1.

Ponto 2. Luís Leitão, não há aqui clima de conflitualidade. O facto de discutirmos e de tratarmos das coisas como deve ser, do meu ponto de vista, não implica conflitualidade. Termos divergências de pontos de vista, termos divergências de opinião, também faz parte da essência humana. Só para dizer o seguinte. Em relação às percentagens das obras, nós apresentámos à Câmara propostas para execução de obra com valores orçamentados. Se eu estiver errado Senhor Presidente, faça favor de me corrigir. Aquilo que aparece na minuta do contrato Inter administrativo é o valor que a Câmara define de contribuição para a obra. E é aí que eu falo na disparidade das percentagens, porque para obras rigorosamente iguais em duas freguesias diferentes, uma é apoiada com 86% e outra apoiada com 50%, disse.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:37':52")

«O Flor Agostinho estava inscrito, mas prescinde. O Sérgio não se tinha escrito ou percebi mal. Inscreveu-se? Mas quer se inscrever? Então, faz favor.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (3:38':20")

«Se eu percebi bem, a Junta de Freguesia São Salvador gastou 5 mil euros ou vai gastar 5 mil euros na manutenção dos "ERSUCs". Já aqui tive, várias vezes, a oportunidade de falar acerca dos resíduos recicláveis e da fortuna que está a gerar para as entidades envolvidas. Acho que é altura de arrumar a casa e acabar com isso. Então o dinheiro dos contribuintes ainda serve para fazer manutenção dos equipamentos da ERSUC? Não bastam as enormes receitas que essas empresas têm. O senhor Presidente está-se a rir? Eu gostaria realmente de ouvir o seu comentário, de resolver isto, de uma vez por todas. Ou será que alguém tem dúvida que a ERSCU faz milhares com vidro, metal e plástico? Papel não conta que eles não querem saber de papel para nada. Muito obrigado.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (3:39':17")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de passar ao senhor vereador João Semedo. Para esclarecer aqui algumas situações, só uma resposta, em jeito de música, ao Luís Leitão. Quando estava aqui a ler uma coisa, vi que também andava eu atrás dela, como um príncipe atrás da Cinderela. Distraído, bati num lampião. Mande-i-lhe um pontapé e disse um palavrão. Isto é uma canção dos Lunáticos que eu aconselho-o a ouvir, hoje, porque eu acho que alguma coisa falhou em si, hoje. Está a falhar. Mas isso é uma questão que o senhor tem que ver.

Dentro daquilo que foi dito pelos senhores Presidentes da Junta, valorizando tudo aquilo que foi dito por todos, e reconhecendo eu, muito bem, aquilo que é o trabalho de cada Presidente da Junta e a sua presença perante o seu povo. Acho que ao senhor Luís Leitão também ainda lhe falta uma coisa, esta experiência de gestão autárquica. Acho que se deve preparar para isso, porque tem um lugar possivelmente no futuro. O Carlos António também já o disse. Portanto, ele quer é continuar a assumir os destinos tão bem como ele o fez, como eu, como todos. Não precisa de recordar aqui o passado, precisa de recordar o seu tempo também de Assembleia Municipal, o seu tempo como autarca e, portanto, acho que já podia ter feito estas reflexões todas. E também não ter aqui este papel de avaliador e gestor de um processo que, afinal, isto é só conflitos, vou aqui mandar mais uma bicadazita para aguçar isto, para ver se alguém me pega nisto e amanhã estou nas notícias. É porreiro isso e faz muito bem à democracia. Olhe, nós estamos pacificamente a resolver isto. A votação será a que Deus permitir e toda a gente aqui queira tomar. As Juntas de Freguesia de certeza que não vão parar de trabalhar. A Câmara também não vai parar de trabalhar. Vamos fazer o nosso trabalho dedicadamente. Vamos pensar em 2024, vamos ver o que isto vai dar. Vamos ver

se também o comportamento de todo este Executivo segue o caminho das necessidades que o Executivo tem para satisfazer, as necessidades das Juntas. Recordo que há despesas que começam a surgir também nesta Câmara Municipal. Temos que pensar todos os dias nela, para se quisermos fazer alguma coisa daquilo que foi um compromisso aprovado por uns e com a abstenção de outros. Mas que nós estamos aqui para governar, estamos. Vou passar ao senhor Vereador. Muito obrigado.»

**Vereador do Executivo, João Semedo:** (3:41':58")

«Importa referir aqui uma série de pontos.

Felicito os senhores Presidentes de Junta pelas intervenções e reforço aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré referiu, não vejo aqui qualquer clima de críspação. Verifico, e posso mesmo dizer, que a relação que a Câmara tem com os senhores Presidentes não é aquela que eu vi ano passado, entre o Senhor Presidente da Junta de São Salvador, da qual eu fazia parte da sua equipa, enquanto vogal, com o Executivo Municipal.

Estamos a discutir este contrato, faz parte da discussão. É evidente que não me sinto muito confortável depois discutirmos um contrato, virmos aqui discuti-lo aqui novamente. Parece-me que isso não é o correto, mas também estamos no sítio certo para discutir os assuntos. Portanto, há mesmo essa liberdade. Temos todos que respeitar e estamos para discutir, para esclarecer que é essa também a nossa obrigação e a nossa missão.

Aquilo que temos que referir, de facto, é aquilo que nós pretendemos nestes contratos. Ressalvo a única intervenção que o Partido Socialista teve neste assunto e a forma como fala dos relatórios. Eu vou recordar que os relatórios propostos são uma evolução do relatório do ano de 2022. Portanto, o primeiro relatório, o primeiro tipo de relatório que este Executivo propôs, em sede de reunião do Executivo, no ano passado, foi um modelo bastante elogiado pelo responsável do Partido Socialista. Portanto, hoje, passado um ano, em que até houve alguns ajustes, afinal já não está correto e estamos a ser muito exigentes. Isso não me parece que é muito correto.

Aquilo que vos posso garantir é que manteremos este tipo de relatório e prezamos o rigor, prezamos a transparência e posso afirmar também quanto, no passado, enquanto autarca de freguesia, que este tipo de informação que vem julgar e que entendem que não está tão bem, era, por iniciativa do Executivo de São Salvador apresentá-lo à Câmara como forma de justificação das despesas. Portanto, não temos qualquer problema em poder defender agora uma coisa que elaborámos no passado. Não vamos aqui ver as coisas de outra forma. Esta é a questão principal.

Nós temos que ter noção que se houver uma auditoria a este tipo de contratos e às contas da Câmara quem será penalizado será a entidade financiadora. Portanto, estejamos conscientes desta situação. E aquilo que verificamos é que acabamos por dar mais valor a estas questões do contrato, à questão dos relatórios do que à essência destes apoios. E isso é que é importante. Isso é que nós temos que destacar. As Juntas estarão com outra capacidade financeira, vão realizar outro tipo de trabalhos.

Não verifiquei que houvesse qualquer problema na escolha e nas decisões das obras. Portanto, foi praticamente unânime, em todas as Juntas. Recordo apenas que só numa das Juntas houve uma pequena obra em que é nós, enquanto município, entendemos que devíamos executar e que foi a única que teve mais discussão. Mas também não houve nenhuma imposição. Era uma obra que já vinha do ano passado. Falo dos passeios na Rua Afonso de Albuquerque, na Gafanha da Nazaré. Mas o senhor Presidente também compreendeu e importa referir que os receios que o senhor Presidente teve para com essa obra e as suas reservas foram depois acauteladas devidamente.

Até uma proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação que prevê nestes contratos Interadministrativos, a possibilidade de podermos alterar as obras caso se verifique que alguma destas obras não possam ser executadas. Isso já ficou salvaguardado. Portanto as Juntas de Freguesia estão devidamente protegidas.

Na questão das percentagens, de facto, as percentagens entre obras não têm que ser ou não deverão ser comparadas entre Freguesias. Aquilo que nos preocupou, sim, foi com o valor que íamos atribuir à Junta e depois houve aqui uma possibilidade de discussão com as Juntas de Freguesia de como é que poderia ser a locação, se teria que ser rigorosamente 15% ou se poderíamos jogar com esta percentagem. Mas aquilo que interessava era mesmo o global das obras.

Poderemos é, no futuro, ter em conta este aspeto, mas não me parece que seja relevante. Aquilo que nós discutimos é o valor que vamos atribuir a cada Junta de Freguesia.

Vamos destacar os trabalhos que são para executar. Vamos preocupar-nos em reforçar a parte operacional das Juntas de Freguesia, como disse o senhor Presidente. Vamos estar todos conscientes e descansados que aquilo que estamos a investir na Junta será bem investido, porque ficaremos todos a ganhar e a comunidade ficará a ganhar

O ambiente é bom entre os senhores presidentes e o nosso Executivo. O contato é muito próximo e está à distância de um pequeno telefonema. Penso que, ao longo do ano, todos os pedidos que nos fizeram, foi dada resposta.

Vejo hoje um apoio da Câmara numa série de situações que não estão refletidas nestes contratos e que mais uma vez, no passado, noutras funções que desempenhei enquanto autarca de freguesia, não as tinha. Falo de serviços de fotografia, falo no desenvolvimento de projetos de arquitetura ou pequenos alinhamentos e mesmo alguns apoios logísticos. Nós dizemos sempre sim, quando os senhores presidentes nos pedem apoio para os seus executivos.

Queremos mesmo continuar a fortalecer as Juntas. E estamos completamente descansados na resposta que damos. Acho que já foi possível esclarecer tudo, senhor Presidente. Obrigado.»

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (3:48':34")

«Só para terminar, se me permitem, fazer aqui uma referência.

Eu acho que o João Semedo viveu muito a realidade da Junta de Freguesia de São Salvador com a Câmara Municipal do passado. Não sei se os meus colegas poderiam referir da mesma forma isso, mas nós tentamos tratar de uma forma igual esta questão da logística, esta questão do apoio em serviços de recursos humanos, seja o que for aquilo que vocês precisarem, estamos sempre disponíveis.

Esclarecer o senhor Sérgio Louro de uma coisa. Há 20 mil euros nestes contratos que são precisamente para nós termos condições para alocar os sistemas de recolha seletiva. Eu não sei se é a ERSUC no futuro, se é outra empresa que irá recolher os lixos indiferenciados e os diferenciados. O que estamos a falar neste momento é uma possibilidade que neste momento o Município tem, através das suas Juntas de Freguesia de moderar esses equipamentos, ou seja, as garagens onde esses equipamentos estão. Relativamente a isto, estamos a falar em 23 obras que irão ser concretizadas pelas nossas Juntas de Freguesia, e que eu quero parabenizar já porque sei que vocês vão concluir com sucesso. Algumas vão ser final ou acabar, o que já estava predestinado que ia acontecer já no ano passado. Cá estaremos para negociar 2024 com a mesma coragem que chegámos até aqui. Muito obrigado.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:49':54")

«Concluídas todas as intervenções coloco à votação o Ponto 12. Quem vota contra? Quem se abstém? O ponto 12 da ordem do dia, "Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023", foi aprovado por **maioria**, com 11 votos a favor e 13 abstenções.»

**Ponto 13.** "Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022".

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:50':39")

«Já passa da meia-noite e meia, mas eu acho que vale a pena fazer aqui um sprint final e terminarmos a ordem de trabalhos. Muito bem.

Ponto 13 e último "Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022". Senhor Presidente da Câmara, faça favor.»

#### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (3:51':01")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Não tenho nada a dizer. Vou aguardar à apreciação da Assembleia. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:51':10")

«Muito obrigado. Vou abrir as inscrições. Alguém se inscreve? O Luís Leitão. Não há mais inscrições. Luís Leitão, então, por favor.»

**Luís Leitão, PS:** (3:51':38")

«Eu tinha uma música para dedicar ao Senhor Presidente, mas é inglês e não vale a pena. Digamos que o senhor já esteve muito pior noutras intervenções do que esteve nesta. Sou fã da letra, gosto da música. Só não gosto do nome do artista, que são os Lunáticos. Acho que tenho os pés bem assentes na terra.

Fiquei com algumas dúvidas, mesmo assim. Porque ao ouvir o senhor vereador eu estava a escutar daquelas músicas zen que nos fazem adormecer. Porque eu não percebi nada do que aconteceu aqui hoje. Seguramente que os senhores Presidentes da Junta se expressaram muito mal, e eu não percebi nada. Mas pronto, a culpa foi minha. Peço desculpa. Sobre o ponto que nos traz aqui hoje queria deixar algumas notas, porque eu acho que é um momento muito importante para podermos também apontar aquilo que achamos importante, e não fazer só cumprimento de calendário.

Este é um ponto importante, porque fazer oposição não é um direito. Fazer oposição é um dever. Estamos aqui a exercer um dever, o dever de dar voz aos que votaram em quem não ganhou. Repito, estamos a dar voz aos que votaram em quem não ganhou.

Quando um Executivo que não faz o que deve ou como deve, a oposição deve ser ativa e interventiva. Não há boa gestão de poder sem uma oposição ativa, atenta e informada e que efetue contraponto com a gestão do poder ou do executivo.

A importância e a missão da oposição não é ser muleta de Executivos. A importância e missão da oposição é agir com responsabilidade e afirmar-se também como alternativa.

Com as eleições, além da criação do Executivo maioritariamente votado, é papel das minorias fazer oposição. Recorrem estas a mecanismos de controlo e fiscalização política. A democracia não tem sentido único, nem uma só voz. Se é um facto que vive, o Executivo de Vossa Excelência, um período de aprendizagem próprio de quem começa nestas funções, nesta matéria da aprendizagem o tempo não foi bom conselheiro. O vereador Sérgio Lopes, nas reuniões de Executivo, deu conta detalhada das suas reclamações e das exigências que se cumpriram ou que não se cumpriram, definidas pelo bom senso, mas essencialmente pela lei. Reclama que constatou os seus direitos restringidos ou condicionados e deu exemplos que não importa aqui referir ou renovar. Os seus exemplos vão desde o direito à informação, com respostas atempadas a requerimentos, ao direito à participação, com direito a participação em atos e eventos municipais que um Vereador tem todo direito de ser alvo.

Pede-se pois, assim, uma nova política sobre as relações com a oposição. Ou melhor, exige-se uma nova política porque ser representante do movimento de cidadãos exige uma responsabilidade maior que os partidos, porque o seu programa de candidatura falava em gerar, ou criar pontes e não em criar fossos ou valas. Exige-se que sejam melhores que os partidos, pois foram esses que criticaram e é esses que podem estar a sofrer dos 50 anos de experiência e nem sempre das melhores experiências. Por isso, devem ter vocês uma obrigação adicional em cuidar e respeitar mais as oposições. Não copiem o que de mal fizeram os partidos e que tantas críticas são alvo, e façam melhor. Estejam mais atentos na vossa governação com a gestão das oposições. Avaliamos negativamente este relatório por não retratar e salvaguardar os direitos da oposição.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (3:56':38")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Não sei se é intenção do membro Luís Leitão, mas gostaria que me entregasse esse documento depois, para ficar para registo também do trabalho que irei preparar para o próximo relatório. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:56':52")

«Mas alguma inscrição, na segunda ronda? Não. Concluídas as intervenções foi deliberado **tomar conhecimento** do “Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022”.

## Conclusão

### Ata em Minuta

#### Da Assembleia Municipal

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:57':15")

«Antes de encerrarmos a sessão, peço ao 1.º Secretário que leia a Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do edital com as deliberações.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (3:57':37")

#### Da Assembleia Municipal

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (3:59':26")

«Muito obrigado. Antes de nos retirarmos apenas duas notas muito breves. Dado o número de reuniões desta sessão, acrescentando a do 25 de Abril, e face ao tempo que vai mediar para a sessão de junho, já no próximo mês, pedia mais uma vez aos senhores deputados que fizeram intervenções com suportes escritos que as façam chegar ao nosso Núcleo de Apoio para facilitar a produção das atas.

Convido todos os membros da Assembleia Municipal, sendo que os senhores Vereadores, os líderes dos Grupos Municipais e os senhores Presidentes de Junta, à semelhança da primeira sessão, estão desde já convidados a assistirem à segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem, que terá lugar, neste mesmo local, no dia 7 de junho, às 14:30.

Dou então assim, por encerrada esta sessão, desejando um bom regresso a casa, um bom fim de semana e agradecendo a todos que nos acompanharam também através da transmissão streaming, à nossa imprensa e ao nosso público. Até breve. Até junho.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:02 do dia 12 de maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E  
ABREU ARAUJO DA SILVA**  
Num. de Identificação: 07260530  
Data: 2023.07.10 10:15:09+01'00'

(Miguel Pedro Araújo)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

### ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL (reunião de 12 de maio de 2023)

*Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a terceira reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2023, para apreciação e votação dos seguintes pontos:*

Ponto 8. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JAN2023 a 15MAR2023**". A Atividade Municipal foi Apreciada.

Ponto 10. "**Abertura de procedimento para Atribuição do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público do Município de Ílhavo para a Instalação, Manutenção e Exploração de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos**". O ponto foi **Aprovado**, por **Unanimidade**.

Ponto 11. "**Compromisso plurianual para Locação de duas viaturas elétricas (ligeiro de passageiros) e uma viatura elétrica (ligeiro de mercadorias), em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados**". O ponto foi **Aprovado**, por **Unanimidade**.

Ponto 12. "**Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023**". O ponto foi **Aprovado**, por **Maioria**, com 11 votos a favor (8 UPF; 3 PSD), 13 abstenções (4 PSD; 5 PS; 1 CHEGA) e 0 votos contra. Apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Ponto 13. "**Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022**". Deliberado tomar conhecimento.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da terceira reunião de 12 de maio de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Abril, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR  
PINTO MATOS DOS SANTOS**  
Num. de Identificação: 10038235  
Data: 2023.05.16 08:41:49+01'00'

*Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos*

O redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E  
ABREU ARAUJO DA SILVA**  
Num. de Identificação: 07260530  
Data: 2023.05.15 14:18:36+01'00'

*Miguel Pedro Araújo*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na terceira reunião da Sessão Ordinária de Abril, realizada a 12 de maio de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

### Sessão Ordinária de Abril Reunião de 12MAI2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO</b>			
<b>GRUPO MUNICIPAL PSD</b>			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
<b>Pedro Labrincha da Rosa Novo</b>	<b>PERDA DE MANDATO</b>		
<b>GRUPO MUNICIPAL UPF</b>			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
<b>GRUPO MUNICIPAL PS</b>			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
<b>Sara Daniela Silva Pinho</b>	<b>RENÚNCIA DE MANDATO</b>		
<b>GRUPO MUNICIPAL CHEGA</b>			
Sérgio Louro			X



EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador	Just. Pinho	X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Elvira Maria Fernandes Correia substitui António Pedro Oliveira Martins	Grupo Municipal PS		X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões	Grupo Municipal UPF		X
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substitui Sandra Carla Ribeiro Saraiva Januário	Grupo Municipal PSD		X
Maria Cláudia Sousa Dias Alves da Cunha substitui André Filipe Casqueira Guimarães	Grupo Municipal PSD		X
Ricardo Daniel Ramos Mendes substitui Irene Maria Ribau Esteves Tavares	Grupo Municipal PSD		X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 12 de maio de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo

